

Acção Socialista



N.º 1352 JULHO 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Revisão constitucional proposta pelo PSD é artificial e estapafúrdia

A PROPOSTA de revisão constitucional do PSD é inoportuna, desencontrada dos interesses do país e constitui mesmo um atentado aos direitos sociais dos portugueses.

Segundo Pedro Silva Pereira, em declarações aos jornalistas após a reunião do Secretariado Nacional, do passado dia 21 de Julho, que analisou este tema, abrir agora, como pretende o líder do PSD, uma polémica totalmente artificial, inútil e desnecessária sobre a Constituição “não revela bom senso nem preparação e muito menos maturidade política”.

Neste momento, acrescentou, as atenções dos portugueses e dos responsáveis políticos devem concentrar-se na “superação da crise económica”, porque é isso que afecta a vida das pessoas.

Por outro lado, estando as candidaturas presidenciais no terreno, vir ao mesmo tempo discutir a alteração à duração do mandato e à extensão dos poderes do Presidente da República que está para ser eleito, é uma ideia absolutamente “estapafúrdia” que não há memória de alguma vez ter sido proposta “por um líder político responsável”.

Para os socialistas, só em nome de uma ideologia radical e liberal, que rompe aliás, como sublinhou Pedro Silva Pereira, “com a tradição moderada até agora seguida pelo PSD”, se poderá encontrar justificação para agora se propor uma revisão da Constituição em que, de uma só vez, se pretende acabar com a justa causa nos despedimentos individuais de trabalho, pôr fim ao Serviço Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito e terminar com a garantia de um sistema público de educação.

Por tudo isto, o PS considera como muito “graves” as propostas avançadas pelo PSD pelo seu recuo social, considerando que as



mesmas representam um “atentado contra os direitos sociais dos portugueses e contra a protecção social do Estado”.

Na opinião dos socialistas, as propostas do PSD introduzem também um “desequilíbrio no sistema político a favor da instabilidade” no que toca ao reforço dos poderes do Presidente da República, por elas consubstanciarem um “regresso ao passado”.

No final da sua declaração, Pedro Silva Pereira recordou que foi o próprio líder do PSD que garantiu expressamente, em pleno Congresso, que o seu partido não iria propor nenhuma alteração dos poderes do Presidente da República, promessa que é agora totalmente rasgada, dando o dito por não dito, ao vir propor uma alteração profunda do sistema político, subvertendo o actual equilíbrio e modificando

os poderes do chefe de Estado.

Pedro Silva Pereira anunciou ainda que o PS decidiu constituir um grupo de trabalho para acompanhar o debate constitucional que está “inevitavelmente lançado na sociedade portuguesa” e preparar a sua posição em caso de formalização da abertura do processo de revisão da Constituição na Assembleia da República. R.S.A.



Jornadas Parlamentares
Defender o Estado Social e vencer a crise P. 2-8

Conferência internacional da Res Publica
Estados devem coordenar-se na governação económica europeia P. 10-11



Estado da Nação
Prosseguir as reformas modernizadoras do país P. 17



Congresso JS
Sócrates rejeita arranjos palacianos da direita P. 20

SUPLEMENTO
Europa



O socialismo democrático e a crise económica e social

Defender o Estado Social

Vencer a crise



Os socialistas estão determinados em defender o Estado Social, assegurando a sua sustentabilidade, contra a ofensiva da direita que pretende o seu desmantelamento. Esta foi uma das principais conclusões saídas das Jornadas Parlamentares do PS, onde foi consensual a tese de que a crise mundial só poderá encontrar soluções no contexto de uma Europa mais forte. Nestas Jornadas ficou ainda patente a união dos

deputados socialistas em torno das políticas de consolidação orçamental e de estímulo à economia levadas a cabo pelo Governo de José Sócrates, referencial de estabilidade e confiança face a uma oposição que não constitui alternativa e cujo único objectivo é apenas e só tirar dividendos políticos das dificuldades que o país enfrenta perante a maior crise à escala mundial desde a Grande Depressão de 1929.

J. C. CASTELO BRANCO

O PSD quer desmantelar o Estádio Social, num ajuste de contas com a história da democracia portuguesa, acusou José Sócrates, salientando que não contarão com ele nem com o PS para pôr o neoliberalismo na Constituição.

Intervindo na sessão de encerramento das Jornadas Parlamentares do Partido Socialista, José Sócrates salientou que “o Estado Social em Portugal foi o instrumento mais importante para elevar as condições de vida dos portugueses e de combate à pobreza nos últimos 30 anos.” E criticou a insistência do PSD querer fazer uma “limpeza” à Lei Fundamental, retirando-lhe, nomeadamente, a universalidade de serviços como a saúde e educação, afirmando que “a Constituição só não está suja, como muito orgulha os portugueses”.

Sócrates acusou ainda o PSD de falar em “reforma laboral”, mas de ao mesmo tempo não conhecer “nenhuma proposta”. E lembrou: “Há coisas que nunca mudam em alguns partidos, podem mudar as lideranças, mas há coisas que não mudam: propôs-se um

Conselho Superior da República, mas onde isso já vai, viram alguma proposta? Eu não me lembro”.

Depois de referir, mais uma vez, que colocar o neoliberalismo na Constituição, como se depreende das propostas do PSD que têm vindo nos jornais, está liminarmente fora de questão, Sócrates disse que nenhum dirigente socialista “pretendeu aumentar a carga ideológica na Constituição, mas não podemos aceitar que agora haja uma insistência para colocar uma carga ideológica a favor de um bloco político contra o outro, porque isso seria errado e negativo para o país”.

Para José Sócrates, a visão que está por trás das propostas do PSD de revisão constitucional é a de quem acredita que diminui as condições para o sucesso económico é a existência de um Estado-Providência. Pelo contrário, os socialistas pensam e defendem que “a ideia de um sistema público de educação é uma questão absolutamente central para o desenvolvimento de Portugal e condição essencial para a igualdade de oportunidades”, assim como “o sistema público de saúde é um dos valores mais importantes das sociedades democráticas e que melhor

espelha os valores da equidade”.

E acrescentou que os socialistas não podem permitir que “só os ricos possam ter acesso aos serviços de saúde mais sofisticados”, porque é nosso dever, “em nome da dignidade humana, combater a dor e o sofrimento”. Por isso, reafirmou, é preciso defender o Serviço Nacional de Saúde, uma criação de um Governo socialista que garantiu a universalidade dos cuidados médicos a toda a população.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro criticou também a postura do PCP e do Bloco de Esquerda, alertando que “os que defendem que tudo deva ficar na mesma, numa posição imobilista, no fundo estão a abrir as portas à falência do Estado Social”. Exactamente para que tal não suceda Sócrates sustentou que a aprovação da nova lei de condição de recursos “assegura a todos que o apoio do Estado vai mesmo para quem necessita”, porque, explicou, “todos os rendimentos são considerados”.

Na sua intervenção, o líder do PS defendeu ainda que a crise económica e financeira mundial combate-se “com mais Europa e não menos Europa”, acrescentando

estar convicto que “defendemos melhor a nossa economia quanto maior integração europeia houver, sendo necessário, na actual conjuntura, uma maior articulação das políticas entre os Estados-membros da União, com mais governação económica europeia”.

O primeiro-ministro referiu-se ainda ao uso pelo Estado da *golden share* na PT para travar a compra da Vivo pela Telefónica, defendendo que “era nossa obrigação defender o interesse geral”, explicando que em áreas sensíveis como as telecomunicações “existe, e bem, a possibilidade de os “Estados terem alguns direitos especiais”. Por isso, criticou quem, com responsabilidades políticas, opte, nesta questão, “por apostar numa tripla, tentando agradar a todos os sectores”. É que, ironizou, segundo alguns, “o negócio é mau, mas pode-se fazer”, numa alusão à posição defendida pelo líder do PSD.

Sócrates salientou ainda “a importância estratégica da participação da PT no Brasil, através da Vivo”, pelo que representa, designadamente, em termos “de desenvolvimento de projectos de inovação, industriais e de investigação e desenvolvimento”.

Combater as desigualdades

ANTES do discurso de José Sócrates, teve lugar, na manhã do segundo dia de trabalhos das Jornadas Parlamentares do PS, a discussão do painel “O Futuro da Esquerda Democrática”, em que foram oradores Paulo Pedroso e Augusto Santos Silva.

Na sua intervenção, o ex-porta-voz do PS Paulo Pedroso defendeu que é necessário “corrigir” a “contaminação” que nos últimos anos os socialistas tiveram pela “liberalização”, desde o aparecimento da terceira via de Tony Blair.

Paulo Pedroso referiu que o PS teve “um grande sucesso na luta contra a pobreza, mas não teve o mesmo empenho no combate às desigualdades”. O actual professor no ISCTE lembrou, a propósito, que “entre 1995 e 2008 a taxa de pobreza reduziu-se para metade, sendo que o aumento da despesa foi essencial-

mente, e bem, relacionado com a protecção social dos idosos”.

Para o ex-dirigente socialista, as prioridades futuras da esquerda democrática devem centrar-se na educação, na saúde e no pleno emprego. “Não podemos prescindir, apesar dos constrangimentos financeiros, destes três pontos”, disse, defendendo que os socialistas são “a alternativa à liberalização profunda da agenda da direita”, disse.

Segundo ainda Paulo Pedroso, “é preciso olhar para o aperfeiçoamento dos mecanismos de distribuição, como acontece nos países escandinavos, e ainda dar valor à colectividade, nomeadamente à componente sindical”, já que, especificou, “numa economia de mercado, o sindicalismo é promotor de igualdade”.

Noutro plano, defendeu que face à crise internacional, “faz falta na Europa uma resposta



unificada, que até ao momento não aconteceu devido à falhas de lideranças europeias, numa altura em que a maioria dos países da UE são governados por conservadores e liberais”.

E acrescentou que “há uma vítima fácil nestes ajustamentos orçamentais dos países da União que é o modelo social europeu, que urge preservar”.

BE e PCP carregam andor da direita

JÁ O ministro da Defesa fez um forte ataque à actual liderança do PSD, que acusou de ter uma agenda neoliberal traduzida no desmantelamento do Estado-Providência, substituindo-o pelo Estado mínimo. “A direita pretende desnatar os serviços públicos, introduzir o co-pagamento na saúde e educação e quer ainda maior precariedade nas relações laborais”, disse.

Para dar maior ênfase à clivagem que existe entre o PS e este PSD ultraliberal, o dirigente socialista foi particularmente demolidor para com o artigo de Passos Coelho publicado no “i”. “A ideia de o Estado-Providência se opor ao Estado regulador é um verdadeiro monumento que vai marcar o pensamento político nas próximas décadas”, ironizou.

Quanto aos partidos à esquerda do PS, Augusto Santos Silva disse que “são os carregadores do andor onde vai a direita, com a sua agenda antieuropeísta”.

Neste quadro, defendeu que o futuro da esquerda democrática “depende da nossa capacidade de termos uma agenda autónoma”, que passa, designadamente, pela defesa do Estado Social sustentável, pela modernização estrutural da economia, por manter o essencial das prioridades de investimento público, pelo aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias e pela qualidade democrática, através da aposta na descentralização de serviços.

Por outro lado, o dirigente nacional do PS afirmou que não pode aceitar que alguém possa afirmar que o objectivo do Governo é diminuir o gasto social. “Aceito, no entanto, que se possa dizer que o nosso objectivo é atenuar a curva do crescimento da despesa social”.

Santos Silva referiu ainda “que não está a diminuir a despesa social no Orçamento do Estado para 2010”, explicando que “os cortes no subsídio de desemprego, no rendimento



social de inserção ou nas pensões tem até Junho a seguinte expressão orçamental: pensões subiram 4%; abono de família mais 8%, subsídio de desemprego e medidas de apoio ao emprego mais 21%; completamento solidário para idosos mais 21%, acção social

mais 4%; e rendimento social de inserção subida de 18%”.

Para o ministro da Defesa, o problema de Portugal “é tornar sustentável este crescimento e, por isso, é que foram definidos tetos, ou seja, referenciais de despesa até 2013”.



Soares contra ortodoxia neoliberal

NUMA altura em que as oposições pretendem desgastar o Governo, sem apresentar alternativa, o PS deve explicar melhor a sua estratégia para os seus militantes e eleitores a compreenderem e lutar por ela, defendeu Mário Soares, que apelou ainda a uma união de esforços entre Portugal e Espanha para “baterem o pé aos líderes europeus que continuam a perfilhar uma ortodoxia financeira obsoleta, que está a pôr a situação da União Europeia em grave risco de rupturas sociais que podem a vir a ser trágicas”.

As posições de Mário Soares foram assumidas no primeiro dia das Jornadas Parlamentares do PS, ao intervir no painel “A crise e o futuro”, onde fez um violento ataque à ortodoxia financeira do Banco Central Europeu.

Citando o economista Paul Krugman, alertou que as medidas impostas por Bruxelas podem vir a representar um aumento exponencial do desemprego. “O próprio modelo social europeu voltou a ser posto em causa, com o pretexto de sempre: ser financeiramente insustentável. Isto é o que conta para os economicistas não são as pessoas, que julgam dever sujeitar-se à selecção natural, ou seja, os mais velhos morrem, é o chamado ‘darwinismo social’, porque verdadeiramente lhes interessa são os lucros e o dinheiro, cada vez mais concentrado nas mãos dos grandes especuladores”, denunciou.

No actual contexto de crise, segundo o fundador do PS, o Governo português até tem sido “prudente, apesar das pressões de

que está ser vítima por parte de Bruxelas e internamente”.

Para Mário Soares, a União Europeia, como projecto político de paz e de desenvolvimento sustentável, tem de caminhar no sentido federal, ou seja, “os Estados Unidos da Europa”.

Segundo o ex-Presidente da República, “se não houver um sobressalto de cidadania, tudo parece caminhar para a desintegração da União Europeia, porque não se vê qual o rumo que a UE pretende seguir para sair da paralisação e superar a crise, que continua a agravar-se”.

Na sua intervenção mais centrada no plano nacional, tendo sempre como pano de fundo a crise económica e financeira mundial, o ex-chefe de Estado pediu mais debate interno no PS.

“É indispensável, para tanto, dar vida interna ao partido e insuflar-lhe alma, princípios éticos, ideologia e confiança”, defendeu Mário Soares, acrescentando que, na sua opinião, o PS “não tem debatido internamente, nas suas estruturas, e dado a conhecer aos seus eleitores” os contornos políticos e económicos da actual situação internacional e nacional de crise.

Para o fundador do PS, além da crise financeira e económica, Portugal “vive também uma crise política”, tendo, desde as últimas eleições, “um Governo minoritário, o que faz a sua diferença em termos de estabilidade governativa e para garantir reformas impopulares”.



No entanto, referiu que, de momento, não há outra alternativa ao Governo de Sócrates. “As oposições querem desgastar o Governo e o primeiro-ministro mas sabem que não podem, por enquanto, substituir”, disse.

Esta situação política, segundo sustentou Soares, devia aconselhar a oposição a ser menos agressiva, “mas não” é isso que acontece.

Neste quadro, o fundador do PS defendeu que os socialistas, por sua vez, também deveriam “explicar melhor a sua estratégia aos militantes e eleitores, para que lutassem por ela”, já que, alertou, “deixar esse trabalho à

comunicação social é um erro fatal”.

Na parte final da sua intervenção, Mário Soares recuperou um *slogan* usado pelo PS em 1975, “Quanto mais a luta aquece mais força tem o PS”, adiantando que o nosso partido “teve sempre um lugar destacado em todo o imenso progresso do país desde a revolução de Abril de 1974”.

E num tom optimista de quem como governante já venceu crises muito graves, concluiu que “não serão o défice nem o endividamento externo, no contexto de uma crise global, que nos irão deitar por terra, como dizem os derrotistas, sem aliás nos apresentarem alternativa”.



Deputados socialistas, acompanhados pelo presidente da Câmara de Lisboa, na visita ao Museu do Design e da Moda

Desregulação e especulação criaram o “monstro” da crise

ANTES de Mário Soares, o actual embaixador de Portugal na OCDE, Ferro Rodrigues, afirmou que os “grandes responsáveis” pelo “monstro” da crise não são “o laxismo dos Estados, os exageros e os descontrolos dos governos ou os défices das contas públicas”, mas sim, sem quaisquer margens para dúvida, “os capitais financeiros sem regulação, a especulação à solta e irresponsável ao nível global, numa lógica de bonificações para os aventureiros bem sucedidos e de lucro fácil”.

No entanto, para responder a esta crise global, “que não sabemos como vai acabar”, o ex-secretário-geral do PS considerou que Portugal, para já, “não tem alternativa se não seguir as orientações europeias dominantes: consolidação orçamental credível e rápida, primado das exportações face à procura interna, paragem do endividamento externo, que é tanto público e privado”.

Segundo Ferro Rodrigues, que falava no painel sobre “Perspectivas económicas para a Europa e Portugal”, é preciso que a verdade não seja escamoteada, já que no plano europeu, nos próximos anos, frisou,

“o crescimento dos salários e a queda do desemprego não estarão no primeiro plano das políticas económicas”.

Neste contexto, defendeu que com o número de desempregados que temos e as medidas inevitáveis de austeridade, é imprescindível “multiplicar os cuidados com a equidade social”, sublinhando, com particular ênfase, que “as fraudes e abusos do Estado Social devem ser combatidos sem contemplações, mas outras fraudes e abusos de quem tem mais poder económico devem ser atacados com igual determinação e com mais resultados”.

O ex-líder socialista sustentou ainda que “não se pode confundir tudo e ir a reboque dos inimigos jurados do papel do Estado no sistema social e que tudo fazem para que se regresses aos tempos da caridadezinha”.

E alertou que “os maiores responsáveis pela crise, podem, afinal, ser os grandes ganhadores, cabendo-nos responder com outras políticas”.

Por outro lado, Ferro Rodrigues salientou a “admiração” por parte da OCDE para com as políticas públicas que vêm sendo seguidas



pelo Governo português. E apontou como exemplos a qualificação, a consolidação orçamental, o novo Código do Trabalho, o combate à fraude e evasão fiscais, as melhorias nos transportes, o Simplex, “um caso paradigmático”, o activismo nas reformas da educação, saúde e Segurança Social pública.

Frisou ainda que a OCDE, apesar de

ser favorável às políticas de contenção da despesa, defende os grandes projectos de investimento em infra-estruturas, como é o caso do novo aeroporto de Lisboa.

Na sua intervenção, Ferro Rodrigues referiu também que em Portugal é preciso distinguir com muita clareza “entre quem tem projectos e quem se limita a explorar o mal-estar gerado pela crise”.

Apostar na qualificação das pessoas

A ENCERRAR o primeiro dia das Jornadas esteve em discussão o tema “Resposta europeia à crise”, em que foram oradores o presidente da Fundação Res Publica, António Vitorino, e o secretário-geral da UGT, João Proença.

Na sua intervenção, o ex-comissário europeu considerou que a resposta das instituições europeias a esta crise mundial, que evidencia “a profunda interdependência das economias à escala global”, “vai no sentido certo, mas tem sido lenta”, referindo que a questão é saber “se há ou não na UE vontade para encontrar uma resposta conjunta europeia”.

Segundo Vitorino, “não retoma económica as condições de que o caminho é feito em nome de valores” e neste quadro, apontou, “há dois caminhos: a selectividade das prestações sociais ou a liberalização ou privatização da protecção social. E esta é uma opção política e ideológica”.

Referindo que “o caminho não é fácil”, o ex-ministro de António Guterres defendeu que “é difícil explicar ao cidadão que num período de crise temos de manter a aposta na educação, porque isso não traz retorno imediato”.

E sustentou que a resposta no contexto europeu passa pela “aposta nas qualificações, nas pessoas e no modelo social europeu”.

Na sua intervenção, António Vitorino explicou ainda que a “vulnerabilidade” de Portugal perante os mercados se deve mais ao endividamento externo privado do que público.

“Portugal tem maiores vulnerabilidades no endividamento privado do que público e convém repisar isto para que não se construa a ideia de que temos um Estado despesista. Grande parte do nosso endividamento resulta das empresas privadas e do sistema bancário nacional”, sublinhou o ex-dirigente do PS.

Por outro lado, salientou ainda que “Portugal foi o único país que fez um ajustamento das suas contas públicas de grande dimensão e também a mais significativa reforma do sistema de Segurança Social, de modo a garantir a sua sustentabilidade a prazo”.

O painel “Resposta europeia à crise” também contou com a participação do secretário-geral da UGT, João Proença, que considerou a ofensiva especulativa que tem vindo a ser feita a Portugal, Espanha e Grécia como “um ataque ao modelo social europeu”. Por isso, defendeu ser fundamental que a União Europeia seja capaz de “construir instituições mais fortes, que ataque a globalização desregulada e ainda que desenvolva políticas viradas para o crescimento sustentado e o emprego”.

No plano interno, João Proença afirmou compreender que o Governo queira realçar os sinais positivos que vão surgindo sobre a evolução do desemprego, mas considerou que essa mensagem de optimismo não passa na opinião pública.

“Passa mais a mensagem pessimista de dizer às pessoas que hoje estamos mal do que uma mensagem cor-de-rosa de que hoje está tudo bem”, alertou João Proença perante os deputados socialistas, defendendo que o que se deve dizer “é que para este Governo, o desemprego é a questão central” e ainda “salientar o papel central do investimento público” na criação de riqueza e emprego.

Na sua intervenção, o líder da UGT disse ainda que o PS “é a única esperança de defesa do Estado Social e do emprego”, que, afirmou, “devem ser as grandes prioridades nacionais e da UE”.

E, a propósito, referiu que “o PSD está na defesa de um modelo muito liberal”, enquanto da parte do PCP e do BE “não há muito a esperar, porque estão desfasados da realidade”.



João Proença criticou ainda a postura da banca nacional e das grandes empresas portuguesas. “Os bancos estão desligados da economia real e continuam a privilegiar a aposta em produtos especulativos estrangeiros”, acusou.

Já as grandes empresas nacionais, denunciou, “investem pouco em Portugal e sistematicamente no estrangeiro, sendo razão para “questionar se, em tempos de crise, isto está correcto, porque os sacrifícios deverão ser repartidos por todos”.

Socialistas não aceitam refundação constitucional



O PSD não contará com a colaboração do PS para qualquer acordo que represente uma refundação constitucional, afirmou Francisco Assis, acrescentando que os socialistas nunca aceitarão que seja colocado em causa o Estado Social em Portugal. “Esse é um combate essencial que será travado por nós”, garantiu.

FRANCISCO Assis falava na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PS, antes das intervenções do presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, e do ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão.

O líder do GP/PS considerou que “se há tema que na Europa e claramente em

Portugal distingue a esquerda e a direita, é a preocupação com a preservação do Estado Social”, lembrando que todos os dias, na Comunicação Social, é possível ler notícias sobre a intenção do PSD de rever a Constituição da República.

“Com a revisão constitucional, o PSD quer levar a cabo uma verdadeira refunda-

ção constitucional, pondo em causa aspectos essenciais da Lei Fundamental em vigor e pondo em causa aspectos fundamentais do nosso modelo de desenvolvimento económico e social”, acusou, reiterando que o maior partido da oposição não poderá contar com a participação do PS em qualquer processo de revisão da Lei Fundamental que tenha por objectivo “pôr em causa aspectos essenciais do Estado Social”.

Segundo Francisco Assis, “alguns” sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, aproveitando a actual conjuntura de crise, “estão a ser tentados para pôr em causa conquistas civilizacionais do século XX”.

Referindo que este será “um elemento central” do debate político nacional nos

próximos tempos, garantiu que “o PS não abdicará de defender aquilo que é essencial”.

Mas o líder da bancada socialista também fez uma demarcação clara em relação à postura do Bloco de Esquerda e ao PCP, reafirmando que os socialistas não têm em relação ao Estado Social, como a outras questões, “uma perspectiva imobilista, conservadora e dogmática que nos impeça de ver o que tem mudado no mundo”.

O PS, na opinião de Assis, “deve ser uma força de progresso, que não se acomoda e está atenta à evolução”. E, por isso, sublinhou, “fizemos reformas difíceis, tantas vezes incompreendidas, mas que, curiosamente, no momento da sua concretização contaram sempre com a oposição da direita”.

Direita pretende desarmar o Estado

NA SESSÃO de abertura das Jornadas, interveio também o ministro dos Assuntos Parlamentares, que não poupou nas críticas aos que condenaram a intervenção do Governo, através da utilização da *golden share* na PT, na tentativa de compra da brasileira Vivo pelos espanhóis da Telefónica, acusando esses sectores de pretenderem “neutralizar” os poderes do Estado, permitindo a desregulação e a especulação.

Em relação a este tema, Jorge Lacão considerou que “estamos perante uma verdadeira parábola entre os que acreditam que a construção de uma sociedade melhor implica capacidade do poder político tomar as decisões adequadas no tempo certo para defender uma visão estratégica e todos aqueles que querem desarmar o Estado, neutralizando-lhe a capacidade de decisão”.

E acrescentou: “Todos esses bem podem falar de modernidade, mas encaminhariam o país para um destino de mais desregulação e maior impreparação contra o quadro especulativo”.

Na sua intervenção, Lacão criticou ainda os mercados financeiros que quando deflagrou a crise apelaram aos Estados para os salvar e agora põem entaves ao crédito. “Não deixa de ser curioso” que quem pediu nessa altura a intervenção do Estado face à desregulação dos mercados sejam os mesmos que, “também num movimento especulativo, ponham em causa outra vez o papel dos Estados na regulação para uma sociedade mais equilibrada e mais transparente”, disse o também dirigente do PS, numa referência à posição que vem sendo assumida pelos sectores mais à direita da sociedade portuguesa.



PS não pode ter vergonha da vitória nas eleições

POR sua vez, António Costa defendeu que o PS deve assumir com “todo o orgulho” que ganhou as últimas eleições legislativas e “prosseguir o seu programa de reformas”.

O presidente da Câmara de Lisboa fez ainda algumas propostas ao Executivo, nomeadamente uma mudança na lei eleitoral autárquica, aproveitando o facto de “haver agora alguma estabilidade no maior partido da oposição”.

Assim, sustentou que “o PS deve protagonizar um grande processo de reforma nesse sentido, quer do Estado para os municípios, quer dos municípios para as freguesias, quer do Estado para efectivas autoridades metropolitanas, quer do ponto de vista regional onde é preciso

pôr ordem nos serviços desconcentrados da administração do Estado e dar-lhes legitimidade democrática”.

Outra das propostas avançadas por António Costa foi a revisão do regime de rendas apoiadas, alterando a sua fórmula de cálculo.

“Há um problema que exige uma resposta urgente: a fórmula de cálculo da renda apoiada é efectivamente injusta, porque tem apenas em conta o rendimento bruto, e não o líquido das famílias, e porque não estima o rendimento ‘per capita’ de cada agregado familiar”, disse, alertando que a aplicação imediata deste regime nos bairros sociais de Lisboa e do Porto “criaria condições sociais de grande dificuldade”.



Transformar problemas em oportunidades

NA JORNADAS, interveio também o anfitrião, Joaquim Raposo, presidente da FAUL, que sublinhou “o referencial de estabilidade e de coesão em que o Grupo Parlamentar socialista se tem constituído no combate político, na afirmação das propostas necessárias ao nosso tempo e na tentativa de construir caminhos para superarmos as dificuldades”. Trata-se, adiantou, “de um exemplo de sustentação responsável das políticas do Governo do PS”, que importa realçar.

O líder da FAUL salientou ainda que “é nos momentos difíceis que se vê a fibra dos socialistas em defenderem o seu património político, os seus valores e princípios, e em perspectivarem o futuro”, numa altura em que, disse, “o país precisa de estabilidade, de coragem e de coesão na sustentabilidade

de um ciclo político que deve ser concluído em 2013”.

Por outro lado, Joaquim Raposo referiu que a Área Urbana de Lisboa, “uma grande metrópole e um território complexo”, onde existem “uma fortíssima pressão urbana e uma elevada concentração humana que coabitam com fenómenos de solidão, de isolamento e de exclusão”, tem sido possível, por acção dos municípios geridos por socialistas e pelas políticas do Governo PS, “conseguir transformar alguns dos problemas em oportunidades de conhecimento, de formação profissional e de integração social”.

E isto foi sempre feito, frisou ainda, “num contexto de exigência e de dificuldade, mas com um profundo sentido humanista”.





“Não contem comigo nem com o PS para pôr o neoliberalismo na nossa Constituição”

José Sócrates



“O PSD não terá a colaboração do PS numa revisão constitucional que ponha em causa o Estado Social”

Francisco Assis



“A oposição quer desgastar o Governo mas não tem alternativa. Deviam ser menos agressivos”

Mário Soares



“Não se pode ir a reboque dos inimigos jurados do papel do Estado no sistema social e que tudo fazem para que se regresse aos tempos da caridadezinha”

Ferro Rodrigues



“É difícil explicar ao cidadão que num período de crise temos de manter a aposta na educação, porque isso não traz retorno imediato”

António Vitorino

GRUPO PARLAMENTAR APOIA POLÍTICAS DO GOVERNO PARA VENCER OS ACTUAIS DESAFIOS

ANTES da intervenção do secretário-geral no encerramento das Jornadas Parlamentares, e em jeito de balanço desta iniciativa que juntou deputados, dirigentes e históricos socialistas, “onde foram discutidos os temas mais importantes da actualidade política nacional e europeia com grande convergência de opiniões”, Francisco Assis concluiu que “hoje o PS é o partido vital para assegurar a estabilidade política e promover a sustentabilidade do Estado Social perante uma direita que é a mais radical que já existiu no nosso país e pretende desmantelar todo o edifício do Estado-Providência”, mas também face a uma extrema-esquerda “fechada no seu imobilismo e contra qualquer alteração que assegure a sobrevivência do Estado Social”.

E fez questão de realçar que o GP/PS “está empenhado e determinado no com-

bate em defesa do actual Governo e do primeiro-ministro, que tem estado à altura dos difíceis desafios com que o país se debate, e em manter um Estado Social activo em nome de uma sociedade coesa e das conquistas civilizacionais alcançadas nos últimos anos”.



Redescobrir a linguagem da esquerda democrática em 100 páginas

A esquerda democrática europeia precisa de reencontrar o seu caminho e redefinir o campo de intervenção, defendeu o ex-Presidente da República Jorge Sampaio ao apresentar o livro da autoria de Augusto Santos Silva – “Os Valores da Esquerda Democrática: Vinte Teses Oferecidas ao Escrutínio Crítico”.

MARY RODRIGUES

JORGE Sampaio, para quem têm sido as direitas que mais têm beneficiado com a crise mundial, saudou o lançamento oportuno deste ensaio sobre a identidade ideológica da esquerda democrática europeia.

Lembrando a crise com “várias dimensões” que as sociedades europeias atravessam, Sampaio reconheceu que a “esquerda democrática” não tem sabido apresentar-se como “uma alternativa credível às direitas, aos centros ou às esquerdas”.

“Esta incapacidade da esquerda democrática europeia em reencontrar o seu caminho, a sua força reformista e performativa deve-se, sem dúvida, à confusão de valores que a mundialização e a construção europeia introduziram no mapa político do pós Guerra Fria, bem como à força do capitalismo financeiro que acabou por ter um impacto profundo no tecido social”, sustentou.

Por isso, venceu, há que “redobrar esforços para redesenhar o

mapa das correntes políticas”, redescobrir os valores da esquerda democrática para “redefinir o seu campo de intervenção e os seus parâmetros próprios de actuação política”, nomeadamente nas questões sociais, de economia, finanças, fiscalidade e nas políticas de educação.

Desta forma, é urgente que “a esquerda democrática” renove a sua “grelha de leitura” e efectue uma “viragem cognitiva” para recuperar o seu “vigor criativo, a sua capacidade de intervenção e de antecipação do futuro”.

Falando perante uma vasta e ilustre assistência, onde se destacou a presença do primeiro-ministro, José Sócrates, do ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lacão, e de vários deputados socialistas, o antigo chefe de Estado deixou também algumas interrogações, nomeadamente quanto ao emprego, indagando que políticas deverá a esquerda democrática favorecer.

“As que protegem quem tem emprego ou quem está no desemprego? A flexibilização do trabalho para favorecer a criação



de emprego e, por essa via, velar pela igualdade de oportunidades? Ambas? E de que maneira? Com que instrumentos?”, questionou.

Ser de esquerda é amar a liberdade

Por seu turno, o autor da obra fez questão de frisar que o ensaio, de cem páginas, pretende definir como deve falar-se no debate político se nos situarmos na perspectiva da esquerda democrática, isto é, centra-se na delimitação de uma linguagem própria deste espaço ideológico e político.

“É um ensaio sobre ideias e os valores que definem a esquerda democrática europeia, ou seja, aquilo que chamamos social-democracia na Europa do Norte,

trabalhismo no Reino Unido e socialismo democrático na Europa do Sul”, explicou Santos Silva.

No livro, o autor apenas considera a realidade europeia, não se debruçando sobre “realidades diferentes” como a africana e a sul-americana, onde “as questões de identidade política se colocam de forma diferente” e só escrevendo indirectamente da realidade americana.

“A tese fundamental do livro é de que o que define a esquerda democrática é partir do valor da liberdade para o valor da igualdade”, salientou, considerando que, do seu ponto de vista, “é essa combinação matricial entre liberdade e igualdade que a esquerda democrática tende a definir, sobretudo como igualdade de oportu-

nidades, que melhor define esta corrente política”.

“O que eu faço é contrastar as posições, os valores da esquerda democrática com os da direita conservadora e com os da esquerda revolucionária ou autoritária”, acrescentou.

Antes, em declarações aos jornalistas, Augusto Santos Silva classificou o Governo de José Sócrates como um Executivo de “esquerda democrática”, que pratica “os valores constitutivos” dessa mesma esquerda democrática.

Já na sua intervenção durante a apresentação do livro, que decorreu na Livraria Almedida, em Lisboa, Augusto Santos Silva respondeu à questão “o que é a esquerda democrática”, considerando que “é amar, sem condições nem adjectivos, a liberdade”.

“O que melhor define a esquerda democrática é amar a liberdade”, frisou.

Refira-se que o livro “Os Valores da Esquerda Democrática: Vinte Teses Oferecidas ao Escrutínio Crítico” é o primeiro número da nova colecção “Cadernos Res Publica”, que será editada pela Fundação Res Publica.

Os cadernos serão, conforme adiantou Augusto Santos Silva, livros de pequena dimensão, de linguagem acessível e escritos por pessoas que combinem alguma especialização académica nesta área de políticas públicas e alguma experiência de intervenção cívica ou executiva.

CINCO PERGUNTAS A AUGUSTO SANTOS SILVA

Como é que um ministro arranja tempo para escrever um livro?

Essa é uma das perguntas que mais me têm feito ultimamente. A verdade é que já há algum tempo eu vinha a amadurecer um conjunto de ideias e surgiu agora a possibilidade de as passar para o papel. É que desde que o eng. José Sócrates me convidou para a Defesa Nacional, viajo mais, passo mais tempo em aviões e aeroportos, estou menos ao telefone e tenho, por isso, mais tempo para escrever.

E que ideias são essas, que vinham amadurecendo e estão agora em livro? Já muitos tinham escrito sobre a esquerda democrática. Em que é que a sua visão se distingue?

Julgo que esta visão procura distinguir-se através da afirmação da liberdade, enquanto valor matricial da esquerda democrática. Há quem entenda que a esquerda se caracteriza pela defesa da igualdade e a direita pela defesa da liberdade. Para mim, e para a minha esquerda, a igualdade é uma dimensão da liberdade. Eu parto da liberdade...

Mas em que é que essa perspectiva se distingue do liberalismo?

Distingue-se claramente, na medida em que a esquerda democrática entende a liberdade não no sentido negativo dos liberais clássicos, isto é, da liberdade contra o Estado, mas em sentido positivo: a liberdade de participar na vida cívica e política. Ora, essa participação, exige certas condições: uma delas é a existência de igualdade. Não apenas de igualdade perante a lei, mas também igualdade de oportunidades. A esquerda democrática entende, e quanto a mim bem, que o Estado Social e a prestação de serviços públicos de acesso universal não constituem constrangimentos à liberdade. Pelo contrário, são condição da igualdade de oportunidades e, como tal, do exercício da liberdade.

Explique-nos agora o que são os “Cadernos Res Publica”.

Os “Cadernos Res Publica” são mais uma iniciativa de divulgação da Fundação Res Publica, a par da revista “Finisterra”, que já se publica há mais de 20 anos. A própria Fundação José Fontana, que está na origem da Res Publica, publicou em tempos alguns cadernos temáticos. Trata-se de retomar essa



tradição de forma renovada, com novos temas e autores, sempre sobre ideias e políticas públicas, na perspectiva da esquerda democrática. A perspectiva é conhecida, é progressista, mas os cadernos pretendem chegar a todos aqueles que estão interessados na vida cívica e no futuro do seu país. Contamos, para isso, com uma parceria com uma prestigiada editora, a Almedida, e com a colaboração de especialistas e personalidades da vida cívica e política. Em breve haverá novidades quanto aos próximos cadernos. Este foi apenas o chamado pontapé de saída.

E quanto a outras iniciativas da Fundação, que balanço faz destes dois primeiros anos

de Res Publica?

Modéstia à parte, a Fundação veio preencher uma necessidade de formação e de debate que, manifestamente, existia na nossa área política e cultural. A adesão que temos tido nos cursos de formação política ou nos cursos de formação autárquica, a participação nos lançamentos da revista ou dos cadernos, a recente conferência internacional, são tudo testemunhos disso. Paralelamente, temos desenvolvido uma actividade própria de “think tank”, com estudos sobre sistema político ou modernização económica que, a seu tempo, serão conhecidos e divulgados. Estamos também presentes em todas as plataformas das fundações políticas e nos pontos de encontro dos “think tanks” progressistas europeus, como a ENOP ou a FEPS. Portugal deixou de estar ausente destes fóruns. Por tudo isto, julgo que o balanço a fazer é francamente positivo.

O livro “Os Valores da Esquerda Democrática” encontra-se à venda nas principais livrarias do circuito comercial.

A revista “Finisterra” pode ser encomendada através de geral@fundacaopublica.pt

Sócrates defende acção dos Estados e governação económica europeia

“O nosso socialismo democrático tem uma visão reformista, mas não abdica do Estado Social”, garantiu o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, no

encerramento da conferência internacional sobre “As soluções do socialismo democrático para a crise económica”, promovida pela Fundação Res Publica.

MARY RODRIGUES

PERANTE a vasta assistência que encheu a sala do Museu do Bombeiro, em Lisboa, José Sócrates defendeu que a crise deve levar a um reforço da coordenação a nível europeu e a uma “governança económica”, vincando a importância do papel do Estado na recuperação das economias.

“É profundamente ingénio e errado pensar que um mercado funciona melhor quanto menos regras tiver e isso ficou provado com esta crise”, afirmou o chefe do Executivo, considerando que “pelo menos o primeiro ano” da actual crise foi pior que a crise de 1929 e 1930 e que apenas “a reacção dos Estados permitiu atenuar em apenas um ano os efeitos dessa crise económica”.

Sócrates defendeu “o conjunto de estímulos orçamentais, aumentando o investimento público, para dar resposta positiva ao investimento e também à protecção do emprego” e que actualmente se vive uma segunda fase, a da crise das dívidas soberanas.

“Se não fossem os Estados e o que eles fizeram, esta recuperação não teria lugar”, advogou.

Como exemplo, referiu que “no início de 2009 as previsões para a evolução do crescimento económico eram muito negativas em Portugal e para Europa”, mas que com uma “previsão de menos 3,7%”, o país terminou esse ano “com um declínio económico, sim, mas apenas de 2,7”.

O primeiro-ministro apontou críticas aos que dizem que a culpa da crise actual “é dos Estados”.

“Como? Esta crise começou com alguma acção do Estado? Não, eles fizeram apenas o seu dever”, observou, vendo mesmo um “eterno cinismo” na acção dos mercados.

“Que paradoxo ver os próprios mercados financeiros criticarem os [Estados] que se endividaram. E para quê? Para salvar os mercados financeiros”, ironizou.

Em momentos de crise, Sócrates disse que “a acção [de apoio] do Estado muitas vezes não é apenas uma opção, mas é, sem dúvida, uma obrigação moral”.

“O que fizemos, fizemo-lo bem feito, de modo a evitar que as consequências da crise fossem mais severas”, reafirmou, elogiando de seguida “os que defenderam a ideia de um Governo económico”, considerando que a Europa deve caminhar neste sentido.



Depois, José Sócrates criticou a proposta do PSD para privatizar parte da Segurança Social e defendeu um Estado “que não deixa ninguém para trás”.

O primeiro ministro disse que tem “assistido nos últimos tempos a uma espécie de ajustes de contas ao nível europeu e também em Portugal com o Estado-Providência” e lamentou que haja quem defenda que “o que condiciona a Europa” e a limita na sua competitividade “seja o facto de termos uma elevada protecção social”.

Em seguida, Sócrates fez uma muito sólida defesa do papel do Estado no desenvolvimento de Portugal actualmente e ao longo da História.

“O Estado-Providência deu muito ao nosso país, não é um fardo, é algo que nós construímos em benefício das novas gerações”, disse, tendo recebido um dos maiores aplausos ao longo da sua intervenção.

Na sessão de encerramento, onde estiveram presentes mais de uma centena de pessoas e vários deputados socialistas e membros do Governo, como o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, da Economia, Vieira da Silva, ou a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, Sócrates sublinhou que “o Estado Social que construímos nos últimos trinta anos é responsável pelo aumento de bem estar, pela redução das iniquidades e das desigualdades que marcaram o nosso país no século XX”.

E observou ainda que foi o papel

do Estado Social que permitiu que muita gente tivesse um acesso à saúde e à educação “que não tinha no passado”.

O chefe do Executivo socialista e secretário-geral do PS disse igualmente ver “com muita preocupação, na Europa e em Portugal, a tentativa da direita em privatizar a Segurança Social”.

Defendendo o pragmatismo na acção política, Sócrates ironizou dizendo que “muitos ganhavam em ter mais realismo e menos ideologia para impor” e criticou directamente o maior partido da oposição.

“A privatização de uma parte da Segurança Social, tal como é proposta pelo PSD, significaria que todos nós teríamos de financiar o sistema de pensões através da dívida pública, o que nos propõem é que emitamos mais dívida pública nos próximos anos, apenas para satisfazer um ponto de vista programático de um partido político, isso não pode acontecer”, sustentou.

José Sócrates condenou também as críticas do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, em Madrid sobre a utilização da *golden share* na PT, considerando que não honram “as boas tradições da política portuguesa”.

O líder do PS frisou ainda que o recente acórdão do Tribunal de Justiça Europeu reconhece “implicitamente” que “nas áreas das comunicações, o Estado pode ter direitos especiais nas empresas”.

José Sócrates considerou que as críticas de Passos Coelho à existência da *golden share* na PT e ao facto de ter sido utilizada seriam “perfeitamente legítimas” se fossem proferidas em Portugal, mas condenou que tivessem sido feitas no estrangeiro e no país onde está sediada a empresa em questão.

“Não me parece ser uma atitude e um comportamento que honre as boas tradições da política portuguesa”, disse, acrescentando que nunca criticou “o Governo de Portugal no estrangeiro” quando esteve na oposição e que não o teria feito neste caso.

“Não sou capaz de compreender como é que alguém diz que o negócio é mau, mas que se podia fazer, que não é bom para o país, nem para a PT, mas que, todavia, por preconceito ideológico, o Estado não devia usar os seus direitos especiais. Isso é que não sou capaz de compreender”, afirmou Sócrates, em tom crítico, sobre as palavras do líder laranja.

O chefe do Governo defendeu que a “agenda ideológica contra o Estado accionista é um mau princípio” e que este deve permanecer em “áreas críticas para o desenvolvimento da economia”, como a energia ou as telecomunicações.

Sócrates interrogou-se se Portugal e a Europa não deviam estar concentrados noutros temas, defendendo “maior empenho” na regulação financeira e das agências de notação ou nos mercados de derivados, “que estiveram na causa desta crise financeira”.

BRUXELAS IGNORA PRESSÃO PARA MELHORIA

AS PALAVRAS “emprego” e “crescimento” não aparecem na proposta da Comissão Europeia para melhorar a governação económica europeia, denunciou, em tom crítico e preocupado, o presidente do Partido Socialista Europeu, Poul Rasmussen na abertura da conferência.

“Procurei cuidadosamente nessa proposta essas palavras e não encontrei”, indicou Rasmussen, para de seguida defender que a consolidação das contas públicas deve andar a par com políticas que promovam o aumento do emprego e do crescimento económico.

Observando que tanto a Comissão Europeia como a Alemanha

EUROPA HESITA NA PRESSÃO DOS MERCADOS

A MINISTRA do Trabalho, Helena André, qualificou como “demasiado hesitante, errática e incerta” a acção da Europa perante a pressão dos mercados.

Assim, considerou que a actual resposta da Europa “não está altura dos desafios nem é adequada às necessidades dos seus estados membros”.

Para Helena André, o problema da resposta errada que a Europa está

MERCADOS PÕEM PRESSÃO SOBRE A SOBERANIA DOS ESTADOS

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, considerou que a soberania dos Estados está a ser posta em causa pelos mercados, lembrando que, quando a crise financeira se desencadeou, em 2008, os mercados foram questionados e que agora se deu uma inversão da tendência.

“Neste debate, o Estado-nação é confrontado com a necessidades de resposta que as sociedades

COMBATE À CRISE DE SUSTENTABILIDADE

“A AGENDA do socialismo democrático, a nossa agenda, precisa de promover o reforço da sustentabilidade do Estado Social e das políticas sociais”, defendeu o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, para quem é essencial, no combate à crise, estabelecer e manter o equilíbrio entre a consolidação orçamental e as políticas públicas contra às desigualdades.

RA EMPREGO E CRESCIMENTO A DE GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

não parecem valorizar de igual modo todos estes aspectos, o líder dos socialistas e social-democratas europeus referiu que a proposta de Bruxelas “fala apenas de consolidação orçamental e nada mais”.

“Porquê a obsessão pelos défices e não igual obsessão pela criação de emprego?”, questionou, acrescentando que é necessário mais do que “apenas programas de austeridade”.

No que diz respeito ao nosso país, Poul Rasmussen salientou que, apesar dos planos de austeridade que o Governo português teve necessidade de implementar, a liderança de José Sócrates caracteriza-se por ser “muito responsável

e por “continuar a ter uma face socialista”.

Já no panorama europeu, disse encontrar claras diferenças entre os governos socialistas e conservadores na resposta à crise e na eficácia dessa resposta.

E garantiu, para terminar, que os socialistas e social-democratas europeus têm uma agenda alternativa à agenda da direita conservadora.

“Esta passa pela regulação dos mercados e lobbies, pela criação de uma taxa europeia sobre transacções financeiras e por uma política económica que concilie o controlo do défice público com o urgente combate ao desemprego”, concluiu.

NTE E ERRÁTICA PERANTE MERCADOS

a dar reside essencialmente no facto de a governação económica ser considerada “única e exclusivamente” como um elemento de disciplina orçamental.

Sustentando que a União Europeia deve ter a capacidade de “blindar” os países às pressões dos mercados financeiros, evitando desta forma que estas coloquem pressões que distorcem as políticas, a ministra do Trabalho lançou também

fortes críticas à possibilidade dos fundos estruturais serem utilizados como elemento de sanção contra os países incumpridores das metas orçamentais da União Europeia.

“Não há nada de mais errado do que utilizar os fundos estruturais como elemento de sanção”, pois “os fundos têm como objectivo promover a convergência real e não a convergência nominal”, acrescentou a governante.

M EM RISCO S ESTADOS

exigem, mas ao mesmo tempo o Estado-nação vê-se limitado”, acrescentou Luís Amado, para quem houve uma “exuberância dos mercados” que se “revelou destrutiva” e que colocou os temas ligados à regulação “na agenda internacional”, sobretudo na Europa.

“A regulação do sistema financeiro é condicionante para encontrarmos o caminho de crescimento económico à escala

global ao ritmo que conhecíamos”, disse.

O responsável pela diplomacia portuguesa considerou ainda que a crise financeira não é independente da reestruturação que está a acontecer a nível geopolítico com a emergência de novos países.

“Há um desenvolvimento muito importante do ponto de vista geopolítico que não devemos subestimar”, referiu.

SE PASSA PELA ADE DO ESTADO SOCIAL

Segundo Silva Pereira, “uma esquerda responsável e que quer governar tem de ser realista e delinear um caminho, sabendo que ele será necessariamente estreito e difícil, pelas actuais circunstâncias do contexto global”.

“Agir de outra forma seria irresponsável”, considerou o governante, criticando também a excessiva obsessão com a redução do défice que caracteriza a direita

em Portugal e na Europa.

Depois de sublinhar que houve precipitação quando se declarou a morte do modelo neoliberal, “que ainda conseguiu beneficiar com a crise”, Pedro Silva Pereira deu garantias de que o rumo traçado pelo PS, na governação do país, até ao horizonte de 2013, “mantém os níveis de protecção social, fiel aos princípios do socialismo democrático”.



ANTÓNIO VITORINO
Fundação Res Publica

“A resposta à crise não pode perder de vista um horizonte mais alargado que contemple criação de emprego, inovação, competitividade das empresas, coesão e protecção social”



EDITE ESTRELA
Delegação Portuguesa do Grupo dos Socialistas e Democratas no PE

“A resposta que for dada aos três problemas básicos – desemprego, envelhecimento da população e alterações climáticas – definirá o perfil da Europa das próximas décadas”
“São necessárias políticas de emprego, igualdade de género, desenvolvimento sustentável, amigas do ambiente que promovam um crescimento verde”



JOÃO LEÃO
Gabinete de Estudos e Estratégia do Ministério da Economia

“Regular os movimentos de capitais, avançar com uma política macroeconómica mais complexa, procurar ter um objectivo de inflação mais alto nos países com défices excedentários, melhorar bastante a regulação dos capitais da banca europeia e reformar a forma de funcionamento das agências de ranking são cinco medidas possíveis de combate à actual crise”



ANDREAS SCHIEDER
Secretário de Estado das Finanças da Austria

“Os mercados têm de ter mais, melhor e mais forte regulação”
“Os sectores financeiros precisam de contribuir para pagar os custos da crise”



JAMES GALBRAITH
Lyndon B. Johnson School of Public Affairs

“A acção dos governos socialistas do Sul da Europa, e em particular o português, tem sido disciplinada, efectiva e realista, em condições muito difíceis e de grande pressão dos mercados financeiros”
“O que Bruxelas tem pedido a estas governações é irrealista”



STEPHANY JONES
Columbia University

“O sector financeiro deve ser reduzido e simplificado”
“Mais do que regulação, é preciso pensar como redesenhar o sector financeiro”



KELLY ROSS
ALF-CIO movimento sindical dos EUA

“Estamos a viver uma crise estrutural e tratámo-la como cíclica e já ultrapassada, coisa que ainda não aconteceu”
“Há desonestidade nos argumentos de diagnóstico das causas desta crise”



MARIA JOÃO RODRIGUES
Comissão Europeia

“Portugal ilustra verdadeiramente o dilema da Europa: combinar políticas de austeridade com políticas sociais”
“Temos de consolidar as finanças públicas, mas a nossa meta essencial não pode deixar de ser retomar o crescimento”



RUARI QUINN
Partido Trabalhista da Irlanda

“Ignorar a tendência para o desemprego crescente abre portas a um choque político e ao surgimento de governos populistas”
“É precisa maior disciplina entre os países-membros da União Europeia e as instituições comunitárias”



JOÃO PROENÇA
União Geral de Trabalhadores

“A nossa resposta à crise tem que ter como primeira prioridade o combate ao desemprego”
“Precisamos de um novo modelo de financiamento da Segurança Social coordenado a nível europeu”



PEDRO MARQUES
Secretário de Estado da Segurança Social

“O maior desafio actual dos socialistas europeus é encontrar a nossa via para combater e responder à crise”
“O retorno ao crescimento inclusivo é possível”



PERVENCHE BERES
Comissão de Emprego do Parlamento Europeu

“Importa definir que tipo de empregos devemos criar. Eles devem ser decentes e sustentáveis, não apenas em serviços, mas também e sobretudo em sectores produtivos”
“As políticas de austeridade atacam os serviços públicos e põem em perigo o nosso modelo social”



OPINIÃO

MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Só uma visão de esquerda democrática e humanista pode promover as mudanças necessárias

É PRECISO VOLTAR A ACREDITAR

NESTES tempos difíceis em que vivemos é preciso voltar a acreditar. Sinto que, se é possível um mundo diferente, esta é a nossa oportunidade. Para nosso bem e das novas gerações. Eu, sinceramente, acredito.

Tenho dois filhos. A Ana e o Bernardo, com 19 e 16 anos, respectivamente. Sei que foram educados no mesmo paradigma que eu. A querer sempre mais e mais. A preferir o grande ao pequeno. A trocar o novo pelo antigo. A não conhecer distâncias. A perder a noção do tempo. A ter tudo de forma fácil. Tão fácil que deixaram de sonhar.

Mas sei que este é um modelo sem futuro. Um modelo que levou à maciça destruição de recursos naturais, à produção de excessos de lixo, a cidades imensas e desfiguradas, onde se perdeu a noção de vizinhança e de comunidade. E onde crescem os fenómenos de exclusão. Daqueles que não sonham, porque não podem ter.

Os próximos anos serão aqueles em que talvez o planeta mais dificuldades atravessará. Com um crescimento demográfico incomparável. Com o envelhecimento da população inevitável. Com um modelo económico, ecológico e social que a continuar assim será insustentável. É preciso acelerar as mudanças.

Temos de nos preparar e, acima de tudo, temos de preparar os nossos filhos. Não para um tempo de facilidades. Mas para novas conquistas. E a grande vantagem dos nossos filhos é que conhecem muito melhor o mundo em que vivemos. Têm acesso a informação como nunca. Viajam com muita facilidade. Têm uma nova sensibilidade ecológica. E têm amigos por todo o mundo através das redes sociais. São cada vez mais bem formados. É uma geração universal.

E precisam de respostas. De voltar a acreditar. Que é possível um modelo económico, gerador de riqueza e de emprego, realista e não especulativo, com sentido redistributivo. Que é possível um modelo ecológico de consumo responsável. E que é possível enfrentar o maior de todos os combates, a luta pela inclusão.

Não tenho dúvida. Só uma visão de esquerda democrática e humanista pode promover as mudanças necessárias. Na defesa de um sistema económico mundial regulado, com regras multilaterais de comércio justo e um sistema financeiro controlado. De um sistema de cooperação global de luta contra a fome e a pobreza. De um referencial de justiça internacional, que sirva para todos, como garantia de combate contra as tiranias, as atrocidades, a violência contra as mulheres. De um modelo social universal, com respostas diferenciadas, na defesa de serviços públicos de qualidade para todos, que responda às expectativas dos mais jovens, garanta apoio ao infortúnio e que permita um envelhecimento digno. Um sistema de investigação e inovação orientado para as grandes questões do nosso tempo: a ecologia, a gestão de recursos, a energia, a medicina, a biotecnologia.

É preciso uma visão do mundo solidária, contra a ganância do lucro fácil, contra a barbárie e todas as discriminações, contra a destruição das mais elementares conquistas da humanidade. Este é o tempo de voltar a pensar nas pessoas.

É o momento de começar a construir esse tempo novo. E de acreditar que é possível.

ACTUALIDADE

Agricultura portuguesa tem que ser mais conhecida dos mercados internacionais

À SEMELHANÇA do que já sucede com os vinhos, o Governo vai apresentar em Setembro, uma nova entidade destinada à promoção internacional das frutas, dos legumes e das flores.

O anúncio foi feito pelo ministro da Agricultura, à margem do lançamento do projecto do Centro de Inovação e Tecnologia agro-alimentar na Covilhã, iniciativa que conta com a participação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, e a associação de uma empresa do sector.

António Serrano garantiu estar a trabalhar com todo o sector associativo na criação desta nova entidade que servirá sobretudo, como aludiu, para apoiar os produtores a divulgarem no mercado internacional a sua actividade, ultrapassando assim a pecha da falta de dimensão associativa, e permitir aos produtores nacionais poderem dirigir-se ao



mercado internacional sob uma única marca portuguesa.

Depois de recordar que a futura entidade tem por principal objectivo apoiar “a promoção da fruta, dos legumes e das flores, no mercado internacional”, António Serrano observou que esta iniciativa visa igualmente ajudar a ultrapassar o actual paradigma “onde cada um vai por si”.

A aposta nestas três áreas, como frisou o responsável pela pasta da

Agricultura, justifica-se porque representam “cerca de um terço da produção agrícola nacional”, sendo que os produtos oferecem qualidade, como garantiu, suficiente para poderem ser apresentados nos mercados externos.

A nova entidade destinada à promoção internacional das frutas, legumes e flores portuguesas deverá estar concluída em finais do próximo mês de Setembro e a sua concretização envolve a participação inicial de mais de 20 associações de produtores, estando igualmente em perspectiva que o sector do azeite, dos produtos da floresta, da carne e das pescas se possam também juntar a esta entidade mais tarde. **R.S.A.**

Barragem do Alqueva potencia desenvolvimento do Alentejo

“ALQUEVA, que agricultura para o desenvolvimento do concelho?” foi o tema escolhido pela Comissão Política Concelhia do PS de Aljustrel para a realização no passado dia 2 de Julho, em Ervidel, do “Fórum Novas Ambições”, que contou com a presença de cerca de uma centena de participantes.

Jorge Coelho, presidente da Concelhia do PS/Aljustrel sublinhou a importância da realização deste tipo de encontros, acentuando que eles contribuem para debater um conjunto vasto de temas “candentes para o desenvolvimento e bem-estar de Aljustrel”, como é o caso das “oportunidades trazidas por Alqueva para a barragem do Roxo, com ampliação e segurança do regadio no concelho”.

Seguiram-se outros oradores, moderados por Carolina Abel, directora do Centro de Formação Profissional de Aljustrel, designadamente José Lança, subdirector da Agricultura do Alentejo, em representação do secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Rui Barreiro, Silvino Espada, agricultor e responsável pelo estudo sobre as novas potencialidades do regadio do Roxo e António Silvestre Ferreira, proprietário e gestor da unidade agro-rural “Vale da Rosa”.

Foram vários os temas abordados por estes responsáveis ligados à problemática da política agrícola, nomeadamente o papel determinante do associativismo que tem vindo a beneficiar de especiais apoios do Mi-

nistério da Agricultura. A necessidade de uma maior diversidade ao nível das produções, com recurso ao regadio, o reconhecimento de que a agricultura alentejana representa um sector de oportunidades, mas também que há necessidade de lideranças esclarecidas e fortes, foram outras questões levantadas e debatidas.

Foi ainda realçado, entre outros assuntos, o papel determinante do sector agro-rural como forma de responder às necessidades de alimentação, que na perspectiva dos participantes “duplicará nos próximos 50 anos”, a obrigatoriedade de se valorizar a função económica exercida pelos agricultores, a necessidade de se desenvolverem planos de formação técnico-profissionais e ainda, a criação de consórcios empresariais de pequena e média escala nas diversas fileiras das vastas actividades agrícolas contribuindo assim também para atrair mais jovens para o sector.

No final do encontro, os participantes manifestaram “optimismo e confiança” nas potencialidades da agricultura alentejana, mostrando-se confiantes de que o sector saberá responder à crescente procura de bens alimentares, tanto por parte do mercado interno, como dos mercados internacionais.

Preparados para responder a períodos de seca

Também o primeiro-ministro, em



visita oficial à barragem do Roxo, garantiu que com a conclusão das ligações do Alqueva às restantes albufeiras de abastecimento público do empreendimento, “todo o país ficou coberto por infraestruturas hídricas capazes de responder a qualquer período de seca”.

Sócrates deslocou-se àquele empreendimento para presidir à cerimónia de inauguração da ligação entre o Alqueva e a barragem do Roxo, tendo salientado que esta iniciativa “marca a conclusão” das obras de toda a rede primária do empreendimento de “fins múltiplos de Alqueva”, o que constituirá um reforço determinante para o reforço do abastecimento público de água.

A oportunidade serviu também para José Sócrates recordar que integrou o Governo que, em 1995, “tomou a decisão de retomar a construção da barragem do Alqueva”, recordando as críticas feitas na altura ao projecto, nomeadamente que se tratava de uma iniciativa megalómana e que nunca se conseguiria encher a albufeira.

Afinal “foi mais um projecto impossível que se tornou possível”, disse o primeiro-ministro, classificando o empreendimento como “um bom trabalho”. **R.S.A.**

Modernização do parque escolar contribui para o fortalecimento da economia

A RENOVAÇÃO dos equipamentos escolares constitui um importante factor de dinamização da economia, garantiu o ministro Vieira da Silva, durante uma visita que efectuou a dois centros escolares no concelho de Oliveira do Bairro, no distrito de Aveiro.

Para o ministro da Economia, a aposta que o Governo está a levar a todo o país de modernização dos estabelecimentos escolares permite também, como acentuou, ajudar a indústria da construção civil e das obras públicas, um sector que, como declarou, “está a atravessar um período de alguma fragilidade”.

Quanto aos centros escolares, como recordou Vieira da Silva, das quase 600 candidaturas apresentadas pelas autarquias de norte a sul do país às verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), cerca de 500 projectos encontram-se já em plena fase de obras, sendo que os restantes 100 foram entretanto concluídos.

Projectos que, segundo o governante, estão a beneficiar dos fundos comunitários e “são muitos milhões de euros que estão neste momento a ser injectados na economia portuguesa”, incluindo em programas de renovação do parque escolar.

O ministro da Economia, Ino-



vação e Desenvolvimento, que é o responsável pela gestão e pelo apoio do Estado aos investimentos a executar no âmbito do QREN, realçou que as ajudas provenientes destes

fundos europeus têm por objectivo prioritário ajudar a dinamizar a economia, estimulando sobretudo as pequenas e as médias empresas mais afectadas pela crise, como é o

caso das “ligadas ao sector da construção civil”.

O centro escolar de Oliveira do Bairro, situado num edifício com capacidade para 360 alunos, dispõe

de 12 salas de aula para o 1º ciclo e quatro para o pré-escolar, e integra ainda quatro laboratórios, uma biblioteca e uma cozinha. R.S.A.

Medicamentos mais baratos mesmo com subida do IVA

OS DOENTES não ficam a perder com o aumento do IVA nos medicamentos, que será compensado pela redução de preço de 2000 fármacos, que também entrou em vigor no passado dia 1 de Julho.

A garantia foi dada pela ministra da Saúde, Ana Jorge, frisando que “a baixa [de preço] que está feita para os medicamentos é maior do que o efeito que tem a subida do IVA”.

“O preço que ficou é bastante inferior àquele que estava a ser praticado, portanto os cidadãos não ficarão a perder no final”, reforçou Ana Jorge, lembrando que, em Janeiro, deverá haver também uma redução de preço dos medicamentos genéricos.

Refira-se que a revisão anual de preços dos remédios aplica-se a todos os medicamentos de marca que custam em Portugal mais do que na média de quatro países de referência.

Destaque-se ainda que em Agosto será a vez de rever os preços dos genéricos.

Questionada sobre o alargamento da prescrição de medicamentos em unidose a todo o território nacional – uma nova forma de prescrição que até agora só era possível



na região de Lisboa e que não teve adesão das farmácias –, a titular da pasta da Saúde manifestou optimismo.

“Para já, o facto de [a prescrição por

unidose] ser estendida a todo o país dá a possibilidade de haver mais aderentes”, disse a ministra.

Ana Jorge salientou, no entanto, que para

esta nova forma de distribuição de medicamentos ser efectiva “tem de haver prescrição” por parte dos médicos e “tem de haver farmácias para dispensar os medicamentos em unidose”.

“Na nova portaria está bem definido quais são os fármacos que podem ser sujeitos à unidose. Estamos a falar exclusivamente do tratamento de doença aguda, aquela em que faz sentido que as pessoas levem apenas aquilo de que precisam, porque quando acaba o medicamento acaba o tratamento”, disse.

Entretanto, a ministra da Saúde anunciou que todas as farmácias que não tenham disponíveis os cinco medicamentos mais baratos da substância activa que é prescrita numa receita vão ser fiscalizadas e penalizadas.

Perante a Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República, Ana Jorge deixou claro que tinha sido feito um pedido ao Infarmed “para reforçar a capacidade de verificar quais as farmácias que cumprem”.

Saliente-se que as penalizações referidas “vão desde multas e, caso se repita uma, duas ou três vezes, em determinadas circunstâncias, pode chegar ao encerramento.

400 mil portugueses já receberam diplomas das “Novas Oportunidades”



O BALANÇO do programa “Novas Oportunidades”, apresentado no dia 6, revela o extraordinário êxito desta iniciativa destinada a elevar as qualificações dos portugueses, traduzido no facto de cerca de 1,2 milhões de cidadãos se terem inscrito no programa e 400 mil já terem recebido os diplomas de conclusão do seu percurso de qualificação: pelo reconhecimento e certificação de competências, pela conclusão de cursos de formação de adultos, pela aprovação em exames do ensino secundário.

As “Novas Oportunidades” tinham e mantêm como objectivo central a qualificação da população, a partir do referencial mínimo do 12.º ano de escolaridade. Para isto envolveram centenas de municípios, escolas, associações e empresas. Para assinalar publicamente as empresas que se distinguem no esforço de qualificação dos seus trabalhadores, foi agora criado o selo de empresa qualificante.

Entre os próximos passos da iniciativa está a entrada em funcionamento, antes do final do ano, de uma rede de Centros Novas Oportunidades que, em cooperação com associações profissionais, institutos e empresas, assegurará uma rede de certificação profissional para mais de 100 profissões.

Mobilidade eléctrica

FOI publicada no dia 7, em “Diário da República”, uma portaria que vem estabelecer os termos em que são concedidos os incentivos financeiros à aquisição de veículos novos exclusivamente eléctricos, no âmbito da aposta pioneira do Governo português neste tipo de carros.

Campanha “Descubra Portugal”

“DESCUBRA Portugal, um país que vale por mil” é o tema da nova campanha lançadas pelo Turismo de Portugal, que tem como objectivo realçar a diversidade da oferta turística nacional e incentivar os portugueses a passar férias dentro do país, nos diferentes destinos regionais.

Regadio da Cova da Beira vai ser finalmente uma realidade

A CENTRAL mini-hídrica de produção de electricidade do Meimão, no concelho de Penamacor, uma das últimas obras do projecto de regadio da Cova da Beira que se arrastava há cinco décadas, foi inaugurada no dia 21 pelo primeiro-ministro, que, visivelmente feliz, afirmou: “Sinto que sou de uma geração que finalmente fez o regadio, não seremos uma geração que mais uma vez adiou o Regadio da Cova da Beira”. E adiantou que todos os trabalhos do regadio vão ficar concluídos em Agosto de 2011, num investimento total de 320 milhões de euros.

Na mesma cerimónia, o primeiro-ministro, que se encontrava acompanhado pelo ministro da Agricultura, António Serrano, e dos deputados Jorge Seguro Sanches e Hortense Martins, procedeu ainda à consagração do último bloco do regadio, da Fatela, a construir no concelho do Fundão.

José Sócrates recordou que o pedido da Câmara da Covilhã para que o Governo estudasse a construção de um regadio foi feito em 1957, o ano em que ele próprio nasceu, para concluir que “já está na hora de o acabar”.

Em resposta a uma preocupação manifestada pelo presidente da Câmara de Penamacor, Domingos Torrão, que considerou ser necessário, agora que há água, “termos



área de cultivo com dimensão”, o primeiro-ministro disse esperar que “com a chegada da água” os agricultores “se associem e a dimensão da propriedade agrícola seja maior para ser mais competitiva e para que possa concorrer nos mercados internacionais”.

Afinando pelo mesmo diapasão, o ministro da Agricultura, António Serrano, defendeu que não há outra via senão a associação entre

agricultores. “Quando o Estado investe 320 milhões de euros, todos temos que ter vontade para usar o que aqui está”, frisou.

“É um problema dos regadios públicos, temos taxas de adesão que não são muito grandes. Compete ao Estado trabalhar em conjunto com os agricultores e resolver a situação”, acrescentou.

Segundo a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento

Rural, o investimento global actualizado no Regadio da Cova da Beira é de cerca de 320 milhões de euros e com a conclusão das obras na campanha de rega de 2012 ficarão beneficiados pelo regadio 12.360 hectares de terrenos, envolvendo 1653 agricultores.

A área a beneficiar envolve 29 freguesias dos concelhos de Sabugal, Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor. J.C.C.B.

João Sequeira apresenta requerimento para verificar cumprimento da FPF

O DEPUTADO do Partido Socialista apresentou um requerimento na Comissão de Educação e Ciência, pedindo que a Comissão indague junto da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) se foi dado cumprimento à recomendação plasmada no Relatório Final sobre a Petição n.º 14/XI – “Pela Verdade Desportiva”, aprovado por unanimidade na reunião de 9 de Março de 2010, e que consiste no envio do mesmo, pela FPF, à FIFA e à UEFA.

Segundo João Sequeira, este requerimento impõe-se, uma vez que “passaram mais de três meses sobre o envio do Relatório Final à FPF e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no debate em plenário, afirmou que iria estar atento às medidas propostas na petição e à sua evolução, recorrendo aos mecanismos prescritos pela Lei do Exercício do Direito de Petição para garantir o cumprimento das recomendações plasmadas no relatório final aprovado por unanimidade na Assembleia da República”.



Recorde-se que na sequência da entrada na Assembleia da República a Petição n.º 14/XI – Pela Verdade Desportiva (da iniciativa de Rui Mota dos Santos e outros,

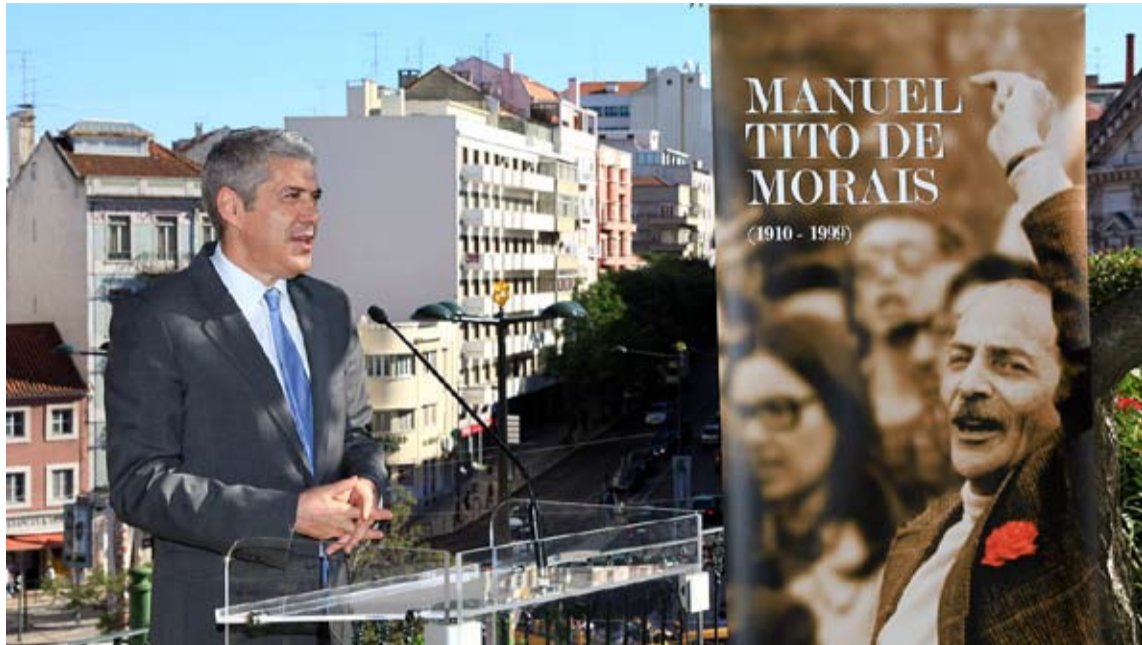
e que pretende a defesa da verdade desportiva no futebol profissional, introduzindo novas tecnologias para reduzir a margem de erro dos árbitros) e após a realização de um

conjunto de diligências conducentes à apreciação da mesma, foi elaborado um Relatório Final, que foi aprovado por unanimidade por todos os partidos com representação parlamentar.

O Relatório Final, da responsabilidade do deputado João Sequeira, destaca o intenso trabalho de audição e discussão que foi produzido no decorrer das oito audições realizadas no âmbito desta petição pelo Parlamento. Todas as entidades ouvidas foram unânimes em reconhecer o “bom serviço que o Parlamento está a prestar ao Desporto, e em particular ao Futebol, promovendo, através destas audições, o debate que devia ter lugar, em primeira instância, no seio do movimento associativo”.

O documento faz ainda referência ao direito comparado e trabalho parlamentar nos países da UE, às acções da UE na área do Desporto e à posição do Governo. Por fim, o Relatório Final recomendou à Federação Portuguesa de Futebol o envio do mesmo à FIFA e à UEFA.

Tito de Moraes encarna o carácter e o espírito do PS



“Se nós tivéssemos que encontrar alguém que melhor encarnasse o espírito e o carácter do Partido Socialista não escolheríamos melhor que Tito de Moraes”, afirmou José Sócrates, num discurso que encerrou, no dia 2, no jardim da sede nacional, uma semana de cerimónias comemorativas do nascimento do histórico socialista, que, nas palavras de Almeida Santos, foi “o mais genuíno combatente pela República e contra a ditadura”.

J. C. CASTELO BRANCO

ANTES, o secretário-geral do PS descerrou uma placa comemorativa do centenário do nascimento de Tito de Moraes na entrada da sede nacional do Largo do Rato, onde os muitos militantes ali presentes ouviram e cantaram a Internacional Socialista, de punho erguido, em homenagem “ao camarada Tito”.

Na sua intervenção, José Sócrates disse que “esta é uma homenagem de todos os socialistas a uma das suas grandes figuras, que teve uma intensa acção cívica e política ao longo de décadas na defesa dos valores do socialismo, na luta pela igualdade e liberdade, sempre com o sonho de criar um país mais justo”.

Depois, o líder do PS referiu que a sua geração foi “influenciada” pelos valores que nortearam a vida de Tito de Moraes, “a sua grande coragem cívica e moral, o companheirismo, a bondade e o afecto que sempre teve para com os seus camaradas”.

E fez um voto para que “a nova geração de socialistas esteja à altura da herança que o fundador do PS deixou, como a luta pelos valores da igualdade, liberdade e fraternidade”, concluindo que “Tito de Moraes continua vivo no coração de todos os socialistas”.

Por sua vez, o presidente do PS, Almeida Santos, considerou que “o mais genuíno combatente” pela República e contra a ditadura do Estado Novo, entre todos os socialistas à época, era Tito de Moraes, “o mais disposto ao último sacrifício”.

Por isso, lembrou, “esteve exilado em vários países, foi preso várias ve-

zes, tendo a PIDE chegado mesmo a programar o seu assassinio”.

Tito de Moraes, prosseguiu, foi sempre um homem que “muito modesto que se norteou por princípios éticos” e “nunca quis cargos políticos”. E recordou, a propósito, que depois do seu regresso a Portugal no “comboio da liberdade” após o 25 de Abril, “quando se pôs o problema de quem é que ficava nos governos provisórios em representação do PS, ele disse: vocês vão para o Governo que eu fico no partido”.

Prosseguir os valores do socialismo

Na cerimónia, o também fundador do PS José Neves lembrou a acção política do “camarada Tito”, como gostava que lhe chamassem, no combate à ditadura de Salazar e Caetano e a “intensa luta” pela liberdade em Portugal, sempre com “o pensamento permanente” de criar um Partido Socialista em Portugal, o que veio a acontecer em 19 de Abril

de 1973, em Bad Munstereifel, na Alemanha, pela transformação da Acção Socialista Portuguesa, criada em 1964 por Mário Soares, Tito de Moraes e Ramos da Costa, em partido político.

Segundo ainda José Neves, Tito de Moraes “foi sempre um político com um grande rigor ideológico, que não transigia na defesa dos princípios e valores socialistas” e ainda que “teve sempre um sentido de Estado e de serviço à comunidade nos cargos que exerceu”.

José Neves referiu ainda que a placa que agora fica à entrada da sede do Largo do Rato, “é uma homenagem perpétua ao resistente inquebrantável à ditadura, sempre com o objectivo de criar o Partido Socialista”.

Na cerimónia que assinalou o centenário de um dos maiores vultos do socialismo e da liberdade, usou ainda da palavra a sua filha, Maria Carolina Tito de Moraes, que agradeceu a colaboração, esforço e empenhamento de todos os camaradas, amigos e instituições que tornaram possível este ciclo de homenagens, lembrando alguns aspectos do percurso do seu pai, com grandes sacrifícios pessoais, na luta pela derrube da ditadura e instauração de uma democracia com uma forte componente de justiça social em Portugal.

E fez votos para que “a semente lançada pelo seu pai continue a germinar e que a chama do seu pensamento político nunca se apague, para bem dos portugueses e de Portugal”.



OPINIÃO



ANTÓNIO BROTAS

O desaparecimento das eleições distritais levará, quase inevitavelmente, a um grave empobrecimento das estruturas distritais partidárias, sem fortalecer as regionais

A REGIONALIZAÇÃO E AS ELEIÇÕES

A COMPONENTE fundamental da reforma administrativa que o país tem na frente é a da criação das regiões administrativas prevista na Constituição. Parece já ter sido dado um importante passo em frente consensual: as regiões serão cinco, a coincidir, mais ou menos, com as actuais regiões de coordenação regional.

Uma questão, no entanto, subsiste: como conciliar as actuais eleições legislativas distritais em que são eleitos os deputados nacionais, com as futuras eleições regionais?

Vamos continuar com as actuais eleições distritais dos deputados da Assembleia da República e fazer adicionalmente eleições regionais? Será, manifestamente, um exagero. com a agravante de poderem surgir graves problemas de competência no caso dos resultados das duas não coincidirem

Vamos acabar com as actuais eleições legislativas distritais e substituí-las por eleições feitas nas regiões? Seria desperdiçar uma já muito longa experiência portuguesa. As eleições nos distritos não nasceram com o 25 de Abril. Já existiam no anterior regime. Discordando de muitos outros aspectos, mas sem pôr em causa o seu carácter distrital, a oposição lutou algumas vezes nestas eleições contra o salazarismo.

Em qualquer caso, ficou claro antes, e sobretudo depois do 25 de Abril, que era nos distritos que se organizava a vida política partidária. Assim, hoje em dia, todos os partidos políticos portugueses, salvo os insignificantes, têm uma organização de base distrital. O desaparecimento das eleições distritais levará, quase inevitavelmente, a um grave empobrecimento das estruturas distritais partidárias, sem fortalecer as regionais.

Basta pensar, por exemplo, no que pode haver de comum e conhecimento mútuo, entre militantes de um mesmo partido dos distritos de Aveiro e de Castelo Branco.

Sem resolver este problema não podemos avançar com a regionalização. Que fazer então? Permito-me apresentar aqui uma proposta, que talvez possa ser aceite consensualmente, por conciliar de um modo simples o que queremos manter do passado, com o que desejamos ter no futuro:

1. As eleições distritais dos deputados nacionais continuarão como actualmente (embora, eventualmente, com eleitorais modificadas).
2. Na organização das regiões, os distritos não estarão repartidos por diferentes regiões. Depois das eleições legislativas, os deputados eleitos pelos distritos de cada região elegerão na base da proporcionalidade os deputados da assembleia regional com o número de elementos considerado necessário. Poupa-se, assim, uma eleição, os deputados regionais terão um espaço de encontro com deputados dos outros distritos e serão, simultaneamente, deputados na Assembleia da República onde conhecerão outros deputados regionais.

Normas transitórias – Nas próximas eleições legislativas os distritos serão os actuais. Depois, serão definidas pela Assembleia da República regras para as Assembleias Regionais e os Conselhos, estes normalmente por referendo, poderem proceder a ajustes das fronteiras das regiões.



JORGE FÃO
Deputado do PS

www.jorgefao.com.pt

Recuperar a nossa economia não é tarefa exclusiva de qualquer Governo, antes sim é desafio para todos nós e apela à responsabilidade colectiva de todos os cidadãos

NOVAS CRECHES, CENTROS DE DIA E LARES GRANDE OBRA SOCIAL

FOI só uma pequena parte da grande obra que está a resultar do desenvolvimento do PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais aquela que apreciei acompanhando a ministra do Trabalho e Solidariedade Social em visita ao meu distrito.

Num período de grandes dificuldades para a nossa economia que resultam em constrangimentos da capacidade do Estado fomentar o investimento público, é de justiça que se diga que o Governo, não isento de erros admita-se, tem sempre procurado enfrentar com coragem as inúmeras adversidades, não virando a cara à luta e particularmente não regateando esforços para privilegiar a área das políticas sociais como uma das suas grandes prioridades.

Não vou hoje aqui discorrer sobre protecção no desemprego, acção social escolar, abono pré-natal, rendimento social de inserção, salário mínimo nacional, complemento solidário para idosos, etc, considerando, contudo, que estas são matéria merecedoras desse destaque pelo significado ideológico, político e social de que se revestem e pelo facto de ser agora, mais do que nunca, oportuna uma ampla reflexão e debate público sobre a sua aplicação, justiça na atribuição e sobretudo sustentabilidade futura.

Não falarei também, apesar do muito e positivo que há para referir, da rede de novos Centros Escolares, da profunda renovação dos edifícios do ensino secundário, nem tão pouco do investimento na criação das unidades de saúde familiar, nas instalações dos serviços de urgência básica, nos novos hospitais e na rede de cuidados continuados.

Reservarei estes temas para futuras reflexões e farei questão de divulgar dados estatísticos a eles referentes para argumentar contra os cépticos, os maldizentes e os curtos de vistas que constantemente acusam o Governo, uns de imobilismo perante a crise, outros de insensibilidade para os problemas dos mais desfavorecidos e outros ainda do vazio de políticas activas de promoção do emprego e de apoio às empresas.

Hoje decidi eleger como tema e dedicar estas linhas ao que considero ser uma verdadeira revolução silenciosa sem precedentes na história da nossa democracia e que está a acontecer um pouco por todo o país. Refiro-me ao alargamento e modernização da rede de equipamentos sociais destinados à 1ª infância, à deficiência e à terceira idade.

A cobertura do PARES I e II o país está a construir cerca de 610 novos equipamentos (creches, centros de dia e lares) que criarão mais de 34.000 novos lugares para utentes de diversas idades e graus de exigência no acompanhamento, obra de grande alcance económico e social e de incomensurável dimensão humanista, que proporciona actividade a muitas empresas e a criação de dezenas de milhar de postos de trabalho directos e indirectos.

É legítimo e compreensível que os portugueses, em tempo de restrições, manifestem o seu descontentamento e expressem críticas às anunciadas e inevitáveis medidas de austeridade e o emagrecimento de alguns direitos adquiridos.

Admissível é o pessimismo de muitos em relação ao que nos reserva o futuro sobre o emprego, os salários, a qualidade de vida, a reforma, etc.

Mas, melhorar o estado das coisas nestas áreas e recuperar a nossa economia não é tarefa exclusiva de qualquer Governo, antes sim, é desafio para todos nós e apela à responsabilidade colectiva de todos os cidadãos.

Será indispensável elevarmos as nossas qualificações, trabalharmos mais e sobretudo melhor, aumentar a produtividade, gerir de forma mais racional e criteriosa os bens colectivos e os recursos públicos, apelar à cidadania activa e solidária, distinguir os competentes, os responsáveis e os empreendedores, mas igualmente ter a coragem de condenar os oportunismos, as desonestidades e as injustiças.

É prosseguindo estas políticas e promovendo estes valores que o governo, alicerçado na matriz ideológica e na declaração de princípios do Partido Socialista, procura recuperar a economia e gerar riqueza para distribuir. Esta é a única forma que temos para garantir a continuidade da existência de um Estado Social em Portugal que proteja os mais frágeis e desfavorecidos, proporcione igualdade de oportunidades logo na 1ª infância, combata os desequilíbrios demográficos e crie condições para um envelhecimento com dignidade, conforto e afecto para todos os Portugueses.

INICIATIVA

PS/Almirante Reis e Frelimo celebram protocolo de cooperação

“UMA iniciativa de grande significado político”, foi como Almeida Santos descreveu o protocolo de cooperação celebrado entre o PS/Almirante Reis e o Comité de Círculo da Frelimo em Lisboa, nas instalações daquela Secção socialista, no dia 10, a que se seguiu um almoço moçambicano, que contou com a participação de cerca de 80 activistas das duas forças políticas, numa casa que, segundo sublinhou o presidente do PS, “passa a ter duas famílias políticas”, ambas membros da Internacional Socialista e que vêm do combate contra o fascismo e da luta pela independência das ex-colónias.

Antes das breves palavras de Almeida Santos, que recordou alguns episódios da sua estada durante décadas em Moçambique, que disse ser a sua “segunda pátria”, e do seu contributo activo no processo de descolonização, usou da palavra o embaixador de Moçambique em Portugal, Miguel Costa MKaima, que salientou que PS e Frelimo “têm uma amizade de longa data, forjada na luta pelo progresso no mundo e pelo desenvolvimento dos nossos países, e que este protocolo vem fortalecer”.

Já o coordenador da Secção da Almirante Reis, Tiago Bastos, realçou “o carácter pioneiro deste



protocolo, um gesto de fraternidade que desejo ver estendido a nível nacional”.

Segundo o protocolo, a Secção da Almirante Reis disponibilizará um espaço da sua sede aos membros da Frelimo, enquanto estes, por seu turno, manterão os dirigentes desta estrutura do PS informados das suas actividades, assim como de acções de dinamização e de desenvolvimento sustentável em Moçambique.

“Ambas as partes declaram ainda

mútuo interesse na realização de actividades conjuntas em Portugal e Moçambique, em prol da paz, da democracia e do desenvolvimento”, refere o acordo.

Destaque para as presenças nesta iniciativa de Paulo Pisco, director do Departamento Internacional do PS, Joaquim Raposo, presidente da FAUL, Vítor Ramalho, líder da Federação de Setúbal, João Proença, líder da UGT e Celeste Correia, deputada socialista, entre outros. **J. C. C. B.**

PS/Oeiras exige clarificação laranja sobre caso Isaltino

O PRESIDENTE do PSD deve clarificar o que pensa sobre o caso Isaltino Morais. A exigência é feita pelo PS/Oeiras, que condena a cobertura dada pela concelhia local laranja ao autarca condenado em segunda instância a uma pena de prisão efectiva.

Em declarações à Imprensa, Marcos Sá, o presidente da Concelhia do PS de Oeiras, defendeu ser “fundamental para a transparência sabermos o que o PSD nacional diz e pensa da actuação do PSD local em relação a esta matéria e relativamente ao dr. Isaltino Morais, porque não podem ter dois discursos”.

Para o deputado socialista, o PSD local deu “cobertura e conluio ao dr. Isaltino Morais”.

Marcos Sá salientou que o PS “vê com grande preocupação as sucessivas condenações” de Isaltino Morais, principalmente quando “a pena de prisão efectiva, segundo as sentenças, se mantém”.

E afirmou que, depois de o tribunal ter condenado com pena de prisão efectiva Isaltino Morais, razão tinha o PS quando defendeu que o autarca de Oeiras “não tinha condições de se recandidatar” ao cargo.

Por isso, “ao contrário do que fez



o PSD”, o PS não aceitou pelouros, “nem lugares em empresas municipais, nem lugares de confiança política para não trabalhar nem dar confiança ou cobertura a este mandato”.

“Neste momento temos a confirmação da pena de prisão efectiva e mantemos esta posição, mas o que se põe neste momento é que o dr. Isaltino Morais tem cobertura total do PSD local e, portanto, nós queremos saber de forma clara e objectiva a posição do PSD nacional, neste caso o dr. Passos Coelho sobre esta situação”, afirmou Marcos Sá.

Entretanto, o Secretariado da Comissão Política do Partido Socia-

lista de Oeiras, em comunicado, fez saber que, como tem sido sempre a sua prática, “não comenta o teor de decisões judiciais”.

Todavia, “não ignora politicamente as sucessivas condenações judiciais do presidente da Câmara Municipal de Oeiras pela prática de crimes muito graves”.

Deixando claro que o que sempre esteve e está em causa, para o PS, foi e é o interesse do município de Oeiras, os socialistas reafirmam que o presidente da Câmara Municipal de Oeiras perdeu as condições políticas mínimas para exercer funções.

E consideram “altamente preocupante e grave” que Pedro Passos Coelho, líder do PSD, “seja, por omissão e silêncio, cúmplice desta posição que envergonha o país, em manifesta contradição com as propostas de ‘códigos de conduta’ que hipocritamente apresenta aos portugueses”.

No comunicado, o Partido Socialista de Oeiras sublinha que “o mais grave em toda a situação é, ainda assim, o impacto negativo na gestão municipal, que vem revelando uma acentuada desorientação e declínio na sua eficácia e organização, afectando directa ou indirectamente milhares de cidadãos do concelho”.

Estado da Nação

Prosseguir com as reformas modernizadoras

O Governo vai prosseguir com as reformas em “áreas claramente definidas” e com metas muito “ambiciosas”, como a aposta na agenda digital, nas energias renováveis, na ciência, na competitividade e internacionalização da economia e no investimento em barragens, escolas, hospitais e equipamentos sociais, anunciou o primeiro-ministro, no debate do Estado da Nação.

J. C. CASTELO BRANCO

NA SUA intervenção inicial, no dia 15, José Sócrates deu ainda conta de um relatório divulgado pelo INE, segundo o qual em 2008 Portugal não só alcançou a mais baixa taxa de pobreza de sempre como se reduziram as desigualdades de rendimentos. Estes sinais positivos devem-se ao facto de a pobreza e as desigualdades não se combaterem “com nenhuma espécie de ‘mão invisível’, mas sim com o Estado Social”, considerou o primeiro-ministro, para quem “nunca como agora as escolhas políticas foram tão claras” entre o Governo e a oposição de direita.

Ou seja, segundo Sócrates, a agenda do Governo “não é a da redução e enfraquecimento do Serviço Nacional de Saúde, não é a agenda do duplo pagamento dos serviços públicos de educação e de saúde e não é a agenda da transferência de recursos públicos para pagar serviços privados”.

É que, continuou, “uns acham que o caminho é efectuar cortes profundos nos salários dos funcionários públicos, mas que é um sacrilégio estabelecer tectos para as deduções fiscais e que as taxas às mais-valias bolsistas deveriam ser meramente simbólicas”, numa referência clara às objecções que o PSD tem levantado em relação ao Orçamento do Estado para 2011.

Esse tipo de actuação, acrescentou, “pode contar com o favor ocasional dos extremismos políticos que, na ânsia de derrotar o Governo, não hesitam em coligações negativas e contranatura, mas não contam com o Governo, porque é outro o programa”.

Reafirmando que o princípio orientador que guia o Governo é o “valor da responsabilidade”, e que coloca “o interesse geral acima de quaisquer interesses particulares”, Sócrates, nesse sentido, adiantou ainda que “a agenda do Governo é equilibrar as finanças públicas, recuperar a economia, modernizar os factores de competitividade, defender e promover o Estado Social”.

Num debate que teve como pano de fundo a maior crise mundial desde a Grande Depressão de 1929, o chefe do Governo defendeu que “a confiança” é a chave para enfrentar as dificuldades, salientando os



resultados importantes, como, por exemplo “uma boa execução orçamental no primeiro semestre, com a despesa abaixo do padrão de segurança, a economia a crescer, puxada pelas exportações, e o desemprego registado começa a cair”.

Embora reconhecendo as dificuldades da actual conjuntura, o primeiro-ministro disse que “encaramos as dificuldades com determinação e com confiança”, que é “sustentada em resultados e na confiança baseada na convicção sobre a justeza das políticas”.

Sócrates destacou ainda que “Portugal teve, no primeiro trimestre, o maior crescimento da Europa, a nossa dívida pública está abaixo da média da zona euro, o mesmo acontecendo com a despesa pública e a carga fiscal, a nossa taxa de inflação está também aquém do valor da zona euro, somos o país no governo electrónico, e fomos ainda o país que mais fez crescer o seu investimento em ciência e tecnologia”.

“Crescimento da economia, diminuição do emprego registado: estes são sinais animadores. São factos reais que não nos devem fazer perder a consciência das dificuldades, mas que nos devem fazer ter confiança na nossa capacidade de superar as dificuldades”, sustentou.

No debate, o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), Francisco Assis, acusou o PSD de ter um “projecto ultraliberal” que tem como objectivo central “pôr em causa o Estado Social”.

“Nós, socialistas, queremos modernizar o Estado Social, nós não queremos matar o Estado social”, sublinhou, considerando que essa é uma das questões essenciais que distingue o PS da “direita encabeçada pelo PSD”.

Confiança na acção do Governo

Na sua intervenção, o líder da bancada socialista criticou aqueles que “nunca se resignaram ao resultado das eleições em Setembro”, baseando a sua acção política no “cálculo político”.

Por outro lado, Francisco Assis salientou como é “importante”, face a este “momento difícil e exigente”, haver “um rumo e uma linha clara para responder às dificuldades e contingências provocadas pela maior crise mundial desde os anos 30. “Temos consciência das dificuldades, mas temos a maior confiança na acção do Governo, chefiado por um político como José Sócrates, obstinado, determinado e corajoso”.

“Uns acham que o caminho é efectuar cortes profundos nos salários dos funcionários públicos, mas que é um sacrilégio estabelecer tectos para as deduções fiscais e que as taxas às mais-valias bolsistas deveriam ser meramente simbólicas”

É que, frisou, “mesmo os seus maiores detractores, aqueles que praticamente reduziram a sua intervenção pública ao ataque pessoal ao primeiro-ministro lhe reconhecem habitualmente uma característica: ser um político obstinado. É no seu sectarismo uma forma de lhe prestarem uma homenagem, de reconhecerem convicção, determinação e coragem”.

A insustentável inconsistência de Portas

Mas o final do debate ficou marcado pelo desespero de Pau-

lo Portas de voltar ao poder, ao propor um governo de coligação, sem José Sócrates, entre PS, PSD e CDS, o que levou o ministro da Economia, Vieira da Silva, a afirmar, pleno de ironia, que Portas “é um deputado conhecido por todo o país pela consistência que tem dado às alianças em que tem entrado”.

E acrescentou: “Paulo Portas traz-nos duas soluções: uma é lançar o país em eleições. E depois tira do seu célebre saco de grandes ideias um coelho da cartola. E qual foi ele? É simples: Eu vou para o Governo e resolvo tudo”.

Para ilustrar ainda melhor o “sentido de Estado” de Portas, o titular da pasta da Economia recordou que o CDS/PP já tinha sido convidado em tempo próprio, pelo PS, logo após as legislativas, para criar “uma alternativa que desse mais consistência a Portugal”. Mas, continuou Vieira da Silva, “quando desafiado, Portas não disse nada, voltou as costas e foi fazer uma conferência de Imprensa para a sede do seu partido”.

Já à saída do debate, o primeiro-ministro, questionado pelos jornalistas sobre a proposta de Portas, afirmou que há políticos “incorrigíveis” que “só pensam em arranjinhas de poder”, lembrando que “tivemos três eleições no ano passado, mas, pelos vistos, há políticos que não se resignam ao resultado das eleições”.

Sobre o repto lançado pelo líder do CDS/PP para que abandone o Governo, José Sócrates limitou-se a responder o óbvio, que muitos teimam em não ver: “Lamento muito mas quem me pôs aqui como primeiro-ministro foram os portugueses, não foi nenhum deputado do CDS, nem de qualquer outro partido”.

E concluiu dizendo: “Infelizmente, vejo muitos políticos que só pensam em sondagens e em eleições, mas acho que ninguém compreenderia isso, porque o país a última coisa que precisa é de uma crise política. O país precisa de estabilidade política para sair de uma situação em que todos os países genericamente estão. Percebo que o dr. Paulo Portas se queira candidatar ao Governo, mas nunca tinha visto um deputado fazer isso de forma tão explícita e tão aberta”.

Acórdão do Tribunal Europeu sobre a PT tem eficácia meramente declarativa

O GOVERNO português manifestou a sua total discordância com o entendimento do Tribunal de Justiça Europeu (TJE) que considerou constituir a detenção da *golden share* por parte do Estado português uma restrição não justificada à livre circulação de capitais”.

A posição do Executivo foi anunciada em Conselho de Ministros no passado dia 8 de Julho, através do ministro da presidência, Pedro Silva Pereira, que manifestou discordância com a interpretação jurídica do TJE, recordando, contudo, que o acórdão “não coloca em causa a existência de direitos especiais”.

Silva Pereira frisou ainda que o Governo procurará respeitar o direito comunitário, sem deixar, paralelamente, de “salvaguardar o interesse nacional”, realçando a este propósito as palavras do primei-



ro-ministro quando este afirmou que o Governo “fez o que devia fazer para defender os interesses estratégicos do país e da Portugal Telecom (PT)”.

Para Silva Pereira, o acórdão do Tribunal em nada diminui a determinação do Governo em

“assegurar a salvaguarda dos interesses nacionais”, defendendo uma nova “configuração dos direitos especiais que o acórdão não nega que possam existir”.

Na opinião do Governo, disse ainda o ministro da Presidência, o acórdão do TJE “tem uma eficácia

meramente declarativa”, significando que “não tem efeitos retroactivos, não revoga os estatutos da PT e muito menos afectará a validade de qualquer deliberação que possa ter sido tomada ao abrigo desses mesmos estatutos”.

No mesmo sentido se prenun-

ciou antes o primeiro-ministro perante a pretensão da Telefónica de comprar a parte da PT na Vivo. A posição do Governo “não podia ter sido outra”, disse, justificando-a com a importância estratégica que esta empresa de telecomunicações representa para a economia nacional.

Depois de manifestar compreensão pelo interesse da Telefónica em pretender comprar uma empresa boa como a Vivo, “tal como compreendendo os interesses financeiros dos accionistas da PT”, Sócrates frisou que ao Estado português não compete defender as empresas espanholas, nem os interesses financeiros de curto prazo, “mas sim os interesses estratégicos do país”.

Ora, garantiu, o Governo “pelo menos este Governo”, não abdica de nenhum instrumento disponível para defender os interesses estratégicos de Portugal. **R.S.A.**

PS condena submissão laranja a interesses espanhóis no negócio PT/Vivo/Telefónica

O LÍDER do principal partido da oposição ajoelhou-se aos interesses de uma empresa espanhola, a Telefónica, contra o interesse nacional através da PT ao ter feito declarações “de elevada gravidade em Madrid”, denunciou Vitalino Canas, na sequência do encontro de Pedro Passos Coelho com o líder do Partido Popular espanhol, Mariano Rajoy.

Recorde-se que sobre o negócio entre a espanhola Telefónica e a

brasileira Vivo, Pedro Passos Coelho advogou que, “quando o Estado quiser numa empresa portuguesa decidir o que é estratégico nessa empresa, detém a maioria do capital dessa empresa”.

Para o dirigente socialista, estas declarações do presidente do PSD contra a intervenção do Estado na tentativa de negócio dos espanhóis da Telefónica “assumem contornos de grande gravidade”.

“É grave que o presidente do PSD, em vez de ter procurado em Madrid coordenar respostas contra a crise, tenha antes procurado salvaguardar os interesses de uma empresa espanhola contra os interesses de Portugal”.

Vitalino Canas disse mesmo que Passos Coelho, em Madrid, “ajoelhou-se aos interesses de uma empresa espanhola contra o interesse nacional”.

Em declarações aos jornalistas, o membro do Secretariado Nacional do PS acusou também o líder do principal partido da oposição de assumir um fundamentalismo liberal e de mercado.

“Em nome de um fundamentalismo liberal, de mercado, Pedro Passos Coelho defendeu que, se estivesse no Governo, não usaria a ‘golden share’”.

“Ou seja, em nome deste funda-

mentalismo liberal, o presidente do PSD preferiria sacrificar os interesses estratégicos da PT”, frisou Vitalino Canas, para quem Pedro Passos Coelho “procura confundir as pessoas, dando a entender que o Estado não é accionista da PT”.

“Ora, o Estado é accionista na PT e os seus direitos especiais foram aceites por todos os accionistas desta empresa”, lembrou o deputado socialista.

CORREIO DOS SOCIALISTAS

CARTA ABERTA AO CAMARADA MÁRIO SOARES

QUERIDO camarada,
Conheci-o em 1974 logo após a sua chegada a Portugal.

Tive o privilégio de trabalhar na JS e posteriormente no Partido Socialista como funcionário político nos primeiros anos após a Revolução de Abril.

Aprendi a respeitá-lo, a admirá-lo e até a compreendê-lo nos anos difíceis da jovem Democracia portuguesa.

Apoiei-o nos bons e maus momentos. Admirei a sua integridade ao se afastar, ainda que momentaneamente, quando numa eleição presidencial, não concordou com o apoio do PS ao general Eanes. Também nessa situação estive do seu lado. Nas suas duas primeiras candidaturas à Presidência da República estive no terreno na primeira hora e na primeira linha do combate político para que a sua eleição se concretizasse. Também há quatro anos fui dos primeiros a manifestar o apoio à sua candidatura, tanto mais que oficialmente tinha o apoio do partido.

Fui dos primeiros a manifestar publicamente a opinião de que o Partido Socialista deveria apoiar Manuel Alegre nas presidenciais de 2011, por duas razões fundamentais. Primeiro, porque é o único candidato da área socialista disponível para assumir uma candidatura, segundo, porque o que está em causa nestas eleições presidenciais é saber se queremos mais Cavaco ou por outro lado se queremos criar o máximo de condições para levar até Belém alguém que devolva uma certa dignidade ao cargo presidencial.

Meu caro camarada, a sua posição de não apoiar a candidatura de Manuel Alegre torna-se, aos olhos de muitos portugueses que sempre o apoiaram, sempre votaram em si, e que sempre viram em si um exemplo de verticalidade, honestidade e coragem, um caso de guerrilha pessoal, com uma completa ausência de argumentos políticos nada condizente com tudo o que, ao longo dos anos, aprendi a ver em si.

Até ao lavar dos cestos é vinda!

Quero acreditar que, da mesma forma que Álvaro Cunhal um dia pediu aos comunistas deste país, que engolissem um sapo, possibilitando a sua primeira eleição para a Presidência da República, também o senhor possa fazer um esforço para ultrapassar as razões pessoais ou políticas e possa contribuir para a vitória de uma candidatura que se perfilha como a única hipótese para devolver à Presidência a dignidade que o Camarada um dia, tão bem, lhe conferiu.

Quero crer que Soares continua a ser fixe!

Já uma vez tive ocasião de manifestar a opinião de que o considero o último dos grandes políticos europeus vivos.

A grandeza dos homens também se mede pela sua capacidade de doar.

Até sempre, Camarada,

José Lagiosa

Deputado Municipal - Castelo Branco (lagiosa@mail.pt)

QUANDO NO PODER, MAIS E MELHOR PARTIDO!

ESTE artigo decorre directamente da leitura da Opinião do Camarada Ascenso Simões, intitulada “Um Partido para os Jovens Quadros”, e publicada no “Acção Socialista”, que subscrevo na íntegra e considero merecer Reflexão Aturada no seio do PS e no quadro das Novas Fronteiras.

Mas, também, pela recente Conquista do Poder Autárquico no Concelho de Aljustrel pelo PS Local, após 35 anos de Poder Autoritário do PCP e duma Luta Constante do nosso Partido ao nível da Concelhia, em difíceis condições.

A Questão Central que o Artigo referido levanta e que se nos levantou à nossa Concelhia com o exercício do Poder Local Democrático, é como se deve comportar o nosso partido quando está no poder...???

Sobre esta matéria o Camarada Ascenso Simões e as Conclusões e Deliberações da Concelhia de Aljustrel estão em total sintonia. Consideramos que quando o PS está no poder deve reforçar a sua

Acção, Organização e Autonomia, tendo em conta as responsabilidades duplicadas que temos que assumir.

No nosso caso, considerámos que devíamos separar a Liderança Autárquica, da Liderança Partidária, embora, devidamente conjugadas, e que temos que reforçar a nossa Acção Partidária, particularmente nos Domínios do Debate, Formação e Informação, sem esquecer a reactivação do nosso Fórum Aberto a Simpatizantes e Cidadãos Activos, que intitulamos de “Novas Ambições”.

Considero que as Reflexões e Sugestões de Ascenso Simões e as Deliberações da Concelhia do PS de Aljustrel, certamente seguidas por outras Estruturas Partidárias, devem merecer a maior atenção do nosso Secretário-Geral, Secretariado Nacional e Comissão Política Nacional, para uma Afirmação redobrada da Iniciativa Autónoma do Partido Socialista no Todo Nacional.

Concretizando e exemplificando, não consideram que o SECRE-

TARIADO NACIONAL deveria ser “Desgovernamentalizado”, abrindo-se a Militantes Destacados na Vida Partidária, sem Responsabilidades Governamentais e Estatais...???

Penso que será um passo necessário!

Na expectativa que as questões aqui, sumariamente, expostas, sejam levadas em devida consideração pelos Órgãos do Partido, aos diversos níveis, continuarei a pugnar e lutar por um nosso Partido “mais vivo” !!!

José Carlos Albino

Membro da Comissão Política da Federação do Baixo Alentejo
Membro da Comissão Política da Concelhia de Aljustrel
Militante 59.379

Investimento público em ciência vai continuar

O INVESTIMENTO público no sector da ciência e tecnologia “é para continuar”, garantiu o primeiro-ministro sublinhando que o apoio do Estado “é absolutamente vital” para promover a competitividade da economia.

Deitar para o lixo o esforço que o Estado português e as organizações privadas fizeram em nome de uma sustentada e moderna investigação na ciência e na tecnologia era estar a voltar a trás, acrescentando Sócrates que os resultados atingidos desde 2005 neste sector “orgulham o país”.

Ao falar no “Encontro Nacional Ciência 2010”, que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa, organizado conjuntamente pelo Conselho dos Laboratórios Associados e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a colaboração da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica Ciência Viva, evento que teve lugar na primeira semana de Julho, o primeiro-ministro realçou ser essencial manter o apoio público ao sector científico, “mesmo em alturas de restrições financeiras noutras áreas”.

Dizendo-se defensor de um desenvolvimento científico elaborado em estreita colaboração com as empresas privadas, Sócrates não deixou contudo de referir que “isto não vai lá sem o apoio e a vontade do Estado”.

Em sua opinião, o desenvolvimento das competências na área do conhecimento “são vitais” para melhorar a economia, mas também, e não menos importante, “para criar mais e melhores empregos”, dotando o país dos necessários mecanismos para competir na economia do conhecimento.



Neste sentido, garantiu, Portugal vai assumir o objectivo definido pela União Europeia, de atingir, em 2020, 3% do PIB em investimento no sector científico, recordando a este propósito que em 2008, “chegámos já a 1,55% do PIB em investimento em ciência”.

Também o ministro da Ciência e Ensino Superior destacou os números da evolução do investimento em ciência, tendo Mariano Gago atribuído o progresso registado “à estratégia do Governo socialista”.

Em 2005, recordou, o sector público e privado em conjunto investiam em ciência e tecnologia apenas 0,81% do PIB, enquanto em 2008, perante “uma das mais rápidas acelerações do desenvolvimento dos últimos vinte anos”, essa percentagem chegou aos 1,55%

do PIB, sendo que 50% resulta do investimento das empresas.

O governante destacou também o número de investigadores em Portugal, frisando que atingiram os 40 mil entre 2005 e 2008, “dos quais 44% são mulheres”.

O maior encontro de ciência em Portugal

Foram muitos os cientistas e investigadores, nacionais e estrangeiros, que trabalham em Portugal que participaram neste encontro sobre ciência e que trouxeram um novo olhar sobre o que se está a passar na linha da frente da investigação científica e tecnológica no país.

Das diversas áreas científicas abordadas destaque para as redes

veiculares, tema a cargo do investigador Michel Ferreira, do departamento de ciências dos computadores da Universidade do Porto, que recordou que a mobilidade eléctrica tem sido uma das grandes apostas portuguesas, sublinhando que a investigação realizada em Portugal tem contribuído para o desenvolvimento de veículos que “lentamente vão começar a entrar no mercado nacional”, a robótica, tema abordado pela investigadora Manuela Veloso, da Carnegie Mellon University, em Pittsburg, nos Estados Unidos da América, que desenvolve o seu trabalho investigando o mar profundo, área que tem vindo a ser muito desenvolvida em Portugal, não só no desenho e montagem de robots, como também nas simulações que

permitem avaliar, por exemplo, a qualidade dos submarinos que são construídos.

Mas outros temas foram igualmente debatidos neste encontro, nomeadamente sobre a protecção do “software”, assunto de grande actualidade e importância, uma vez que nos dias que correm viver sem Internet é algo impensável. Também as células estaminais mereceram uma especial atenção neste encontro, tendo o professor Lino Fernandes defendido que a investigação nesta área representa uma das que mais esperança pode oferecer no avanço da medicina, designadamente na cura de doenças como o sida ou nas patologias degenerativas.

O genoma do sobreiro foi outra área científica abordada neste encontro, uma investigação que tem por objectivo rentabilizar a produção de cortiça que em Portugal representa um factor de particular riqueza para o país, uma vez que é um produto cada vez mais procurado no mercado internacional.

A nanotecnologia foi trazida ao encontro pelo professor Alexandre Quintanilha, da Universidade do Minho, que aproveitou para recordar que quando o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia foi inaugurado há um ano em Braga, Portugal ganhou melhores condições e maior projecção para a investigação. A este propósito, sublinhou que apesar da nanotecnologia ter actualmente inúmeras aplicações, “no país os estudos têm sobretudo centrado as atenções na medicina, quer no tratamento, quer no diagnóstico, no ambiente e na qualidade alimentar”. R.S.A.

Autoeuropa cresce em 2010 mais de 15%

A AUTOEUROPA está entre as três principais empresas exportadoras nacionais, segundo dados tornados públicos pelo Instituto Nacional de Estatística.

A empresa de Palmela prevê para o corrente ano um crescimento da produção em cerca de 15%, com a construção de mais 100 mil novos veículos, representando este o maior valor desde 2005.

Estas “são boas notícias para a economia”, disse o primeiro-ministro, acrescentando que “dão maior confiança não só à fábrica e ao grupo”, mas também ao país.

Sócrates visitou o complexo industrial da Autoeuropa onde está a ser produzido um novo modelo de monovolume, tendo na ocasião sublinhado que, depois dos anos da crise de 2008 e 2009, a empresa vai chegar ao fim de 2010 com mais 300 trabalhadores

“como resultado da reforma da legislação laboral que possibilitou a gestão flexível”.

Portugal, sublinhou, era ainda em 2008 considerado como um dos países mais rígidos ao nível do seu mercado laboral, mas é agora, volvidos apenas dois anos, “um dos países médios em termos de flexibilidade, ultrapassando outros como a França”.

Recordou depois o contrato que o Governo celebrou com toda a indústria automóvel em finais de 2008, iniciativa que “permitiu colocar em formação muitas pessoas” que, se nada se tivesse feito, “teriam caído no desemprego”.

Este contrato, disse ainda o chefe do Executivo, permitiu que os trabalhadores, com a ajuda do Estado, “mantivessem os seus empregos e deu oportunidade para que a indústria automóvel pudesse agora ter essas



pessoas mais qualificadas quando retomaram os seus serviços”.

Quanto à política económica, o primeiro-ministro defendeu que tem de compreender um duplo desafio que passa pela recuperação do crescimento mas também pela consolida-

ção das contas públicas.

É neste quadro, garantiu o primeiro-ministro, que o aumento das exportações assume um carácter determinante para a consolidação da economia assumindo-se como “um dos grandes objectivos do nosso país”. R.S.A.

Sócrates rejeita arranjos palacianos da direita

Um estratagema com a intenção de aumentar a instabilidade governativa no sistema político nacional, a isso se resumem as propostas de revisão constitucional lançadas pelo PSD, denunciou o primeiro-ministro e líder socialista, José Sócrates, ao encerrar, no dia 18 de Julho, o Congresso da JS.

NA REUNIÃO magna da Juventude Socialista na qual Pedro Alves foi eleito secretário-geral da JS, Sócrates criticou as propostas lançadas na véspera pelo líder do PSD de revisão da Constituição, considerando que se trata de um regresso inaceitável ao passado.

Segundo o secretário-geral do PS, as propostas avançadas por Passos Coelho constituem um retrocesso passível de promover circunstâncias de instabilidade política.

Na intervenção que encerrou o Congresso da Juventude Socialista, que decorreu de 16 a 18 de Julho, em Lisboa, o primeiro-ministro deixou duras críticas ao presidente do PSD.

“Isso nada tem a ver com o futuro, tem apenas a ver com os interesses mesquinhos e conjunturais de um partido cujo único pensamento é fazer o possível para definir um modelo constitucional que provoque ainda mais instabilidade e que dê agora mais possibilidades para haver instabilidade política no nosso país”, acusou.

Lamentando a “forma tão vazia e com tantas generalidades” e “vulgaridades” com que se fala sobre o futuro, o secretário-geral do PS considerou ainda que a proposta de o Presidente da República poder demitir o Executivo é “um regresso ao passado”, ao tempo “em que havia Governo atrás de Governo, instabilidade atrás de instabilidade, em que os problemas se somavam uns aos outros”.

“Não é assim que constrói o futuro”, disse, salientando que o Partido Socialista não aceita que se queira “ajustar contas com a história, pensando que esta Constituição precisa de ser limpa e assumindo, portanto, que é uma Constituição que nos envergonha”.

“O que a direita quer é fazer uma revisão constitucional que acabe com

a gratuidade e com a universalidade do Serviço Nacional de Saúde e no fundo implementar um sistema de co-pagamento, quer na saúde, quer na educação”, acrescentou.

Depois, José Sócrates criticou também a “sugestão” deixada no Parlamento, durante o debate do Estado da Nação, pelo líder do CDS-PP, para que abandone o Governo, ligando esse argumento com a proposta do PSD de revisão constitucional.

“O que eu verifico agora é que todas as semanas as lideranças políticas da direita se saem com mais uma proposta com vista a definir ou a propor de cima da mesa um novo método para criar uma crise política, um novo método para criar instabilidade, um novo método para afinal de contas eles chegarem ao poder”, referiu.

Enfatizando que o país não precisa de lideranças políticas que apresentem propostas de “um arranjinho palaciano para mudar de Governo e para provocar uma crise política” ou de “estratagemas constitucionais” para aumentar as condições de instabilidade do sistema político, Sócrates dirigiu-se aos que “se comportam com base no cálculo” e que “só pensam em joguinhos de poder”.

E deixou um aviso final: “Os portugueses sabem bem o que exigem dos seus políticos: não é que se comportem em função da oportunidade, da popularidade fácil. Neste momento o que pedem aos políticos é que se empenhem em soluções responsáveis para responder aos desafios do país”.

Antes do discurso de encerramento de Sócrates, o presidente da Câmara de Lisboa pediu aos socialistas para “porem os olhos” no exemplo que o líder do PS tem vindo a dar.

“Todo o partido, toda a JS, todos aqueles que exercem cargos políti-



cos aos mais diversos níveis devemos por os olhos no exemplo de combatividade, de determinação, de coragem, de inconformismo perante as dificuldades que o nosso secretário-geral tem dado e que deve ser um exemplo para todos nós”, afirmou, lembrando de seguida que as diferenças entre esquerda e direita “são coisas de ontem, de hoje e de sempre”, pelo que essa é a “barricada” em que o PS se deve manter no combate.

Após sublinhar o carácter “fundamental” de uma “mobilização acrescida de todos”, António Costa sustentou que os socialistas necessitam de seguir o exemplo “de que os valores não se negociam, nem se desiste de defender os valores em nome da maior popularidade”.

“É o exemplo daqueles que sabem que o nosso dever pode não ser ganhar, mas é seguramente lutar para ganhar, em defesa dos nossos valores”, frisou.

Pedro Alves é novo líder da JS

Com uma forte maioria de votos, Pedro Alves foi eleito, no recente Congresso da JS, secretário-geral, sucedendo a Duarte Cordeiro, que sai por ter atingido o limite de idade permitido.

A lista de Pedro Alves foi a única a

ir a votos na reunião magna da “jota”, que decorreu em Lisboa.

De acordo com dados da organização, Paulo Alves recolheu 188 votos a favor, num total de 213 votantes.

Cinco congressistas votaram contra esta lista única, tendo sido contabilizados 20 votos em branco.

Duarte Cordeiro, que foi eleito deputado, abandona a liderança da JS, tendo estado no cargo durante um mandato de dois anos.

O novo líder da JS tem 29 anos e é docente da Faculdade de Direito.

O desemprego jovem e as matérias de direitos fundamentais encontram-se entre os objectivos centrais da liderança de Pedro Alves, que na sua moção global de estratégia aponta como grande causa a defesa do Estado Social e como prioridade central o “transformar à esquerda”, reafirmando o compromisso ideológico com os valores do socialismo democrático. M.R.

“ACÇÃO SOCIALISTA” PASSA A MENSÁRIO

EM RECENTE nota da direcção financeira com vista à redução de custos no funcionamento do PS, foi pedido ao “Acção Socialista” que também contribuisse nesse esforço de controlo interno da despesa. Assim, a partir de agora o nosso jornal passará a ter periodicidade mensal e será enviado apenas aos militantes com as quotas em dia.

Como é habitual em Agosto, o jornal suspende a sua actividade para férias. A todos os militantes do PS endereçamos votos de boas férias esperando que as mesmas sirvam para retemperar forças e ânimo para os próximos desafios e combates políticos e partidários.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa